

MOSTRA EMAU

Assessoria técnica e a atuação dos
Escritórios Modelos de Arquitetura e
Urbanismo (EMAUs) no Nordeste

MOSTRA EMAU

Assessoria técnica e a atuação dos Escritórios Modelos de
Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) no Nordeste.

Trabalho de Conclusão de curso por Daiane Araujo Lopes
Orientado por Livia Izabel Bezerra de Miranda e Pedro Henrique Vale
Carvalho

Universidade Federal de Campina Grande,
outubro de 2021.

Daiane Araujo Lopes

MOSTRA EMAU

Assessoria técnica e a atuação dos Escritórios Modelos de
Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) no Nordeste.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Universidade Federal de Campina Grande
- UFCG, para encerramento do componente
curricular e conclusão da graduação em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Livia Izabel Bezerra
de Miranda

Co orientador: Doutorando Pedro Henrique
Vale Carvalho

Campina Grande,
outubro de 2021.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CNPJ nº 05.055.128/0001-76
COORDENACAO DE GRADUACAO EM ARQUITETURA E URBANISMO
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900
Telefone: (83) 2101-1400
Site: <http://ctrn.ufcg.edu.br> - E-mail: ctrn@ufcg.edu.br

DECLARAÇÃO

Processo nº 23096.060866/2021-96

O Trabalho de Conclusão de Curso "**MOSTRA EMAU: ASSESSORIA TÉCNICA E A ATUAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS MODELOS DE ARQUITETURA E URBANISMO (EMAUS) NO NORDESTE**", foi apresentado por **DAIANE ARAÚJO LOPES**, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo.

APROVADO EM: 25 de OUTUBRO de 2021

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. LÍVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA
Orientadora – Presidente

Arq^º Ms. PEDRO HENRIQUE VALE CARVALHO
Coorientador

Prof. Dr. DEMÓSTENES ANDRADE DE MORAES
Examinador Interno

Prof.^ª Dr^ª. AMÍRIA BEZERRA BRASIL
Examinadora externa



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/10/2021, às 23:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Henrique Vale Carvalho, Usuário Externo**, em 26/10/2021, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Amíria Bezerra Brasil, Usuário Externo**, em 26/10/2021, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEMOSTENES ANDRADE DE MORAES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 27/10/2021, às 08:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **1868559** e o código CRC **DB199679**.

Agradecimentos

Povoada
Quem falou que eu ando só?
Nessa terra, nesse chão de meu Deus
Sou uma mas não sou só

Povoada
Quem falou que eu ando só?
Tenho em mim mais de muitos
Sou uma mas não sou só
(Povoada, Sued Nunes)

Sou uma, mas não sou só. Sou parte da história das que vieram antes e abriram caminhos para que hoje eu também possa construí-los para os que virão, e “construção” é ação coletiva. É povoada, porque também somos povo e terra que povoa, e a nossa história é de luta e resistência, mas também de alegria e festa, por isso deixo aqui meus agradecimentos com muito carinho e admiração.

À Mainha e Paim, Cícera e Claudemar, os maiores exemplos de força e coragem que eu poderia ter. Foram vocês que me ensinaram, desde cedo, que nada nunca nos foi dado e que é preciso ter firmeza para não se perder nesse mundão. Tenho muito orgulho e gratidão pelo carinho, amor e incentivo para que eu chegasse até aqui. Aos meus irmãos, Darlan, Daciane e Damirys, vocês são gigantes, obrigada pela fortaleza, afeto e coragem cotidiana.

Aos que dão corpo ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG, estudantes técnicos e professores, obrigada pelo esforço de construir esse curso, pelo diálogo e pelo aprendizado. O perfil diverso e qualificado dos nossos egressos confirma que estamos no caminho certo. Aos quadros docentes do Urbanismo, com quem aprendo todos os dias que é nossa tarefa incidir na

construção de cidades justas e feitas pelo povo. Obrigada, Livia (obrigada também pela orientação), Kainara e Demóstenes, pela vivência e inspiração.

Aproveito para também agradecer a Pedro Carvalho, pela orientação nos últimos meses.

Ao Movimento Estudantil com quem aprendo todos os dias que lutar pela educação é lutar por um projeto de sociedade livre e soberana. Ao CACAU, FENEA e DCE UFCG, pelas experiências transformadoras, e a todos os estudantes que depositaram em mim sua confiança por tantas vezes. Eu sou porque nós somos, obrigada!

Às minhas amigas cremosas, Beatriz e Sarah, pelos afetos, fofocas, trabalhos em grupo e tantos outros motivos que eu poderia elencar. À Sam, minha amiga pessoal e quase irmã, exemplo de rebeldia, persistência e animação. Que bom que nossas vidas se encontraram, te amo e odeio tudo que te deixa triste. À Allyson, por ter me adotado desde que eu entrei no grupo de feras, ter me jogado no movimento estudantil e segurado na minha mão tantas vezes que pensei em desistir, te admiro muito e é bom demais compartilhar a vida contigo.

Às minhas cumads, em especial, Poly, Bianca, Sofia e Ana, pelos cuidados, risadas, cervejas e cafés. Aos companheiros Paulo e Arthur, aprendo muito com vocês sobre endurecer sem perder a ternura. À tia Lu e Eunice pela preocupação, amor e boas comidas. À Hellen, pelo amor e pelas andanças, por onde for quero ser seu par.

Por fim, ao Levante Popular da Juventude pela mística do projeto popular que transforma minha indignação em luta e me faz acreditar que um novo tempo há de nascer!

Resumo

O presente trabalho tem como objeto de estudo a atuação dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) do Nordeste do Brasil. O EMAU é um projeto de Extensão Universitária que nasce na década de 1990, a partir do anseio dos estudantes, organizados nos Centros Acadêmicos e na Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEUA), em pautar a formação acadêmica e profissional alinhada com a cidade real e as demandas concretas da População vulnerabilizada e dos movimentos sociais. Assim, o EMAU surge com o objetivo de associar ensino, pesquisa e extensão e firmar um compromisso, através da assessoria e assistência técnica, com a realidade da comunidade onde a universidade está inserida. Assim, este trabalho busca analisar as formas de atuação dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) no Nordeste e sua relação com assessoria e assistência técnica. Para tanto, foi realizado o levantamento bibliográfico e documental, bem como a construção de entrevistas semiestruturadas a fim de caracterizar o perfil de organização e atuação dos escritórios modelos com base em três estudos de caso: o Canto EMAU da UFC, o Maré EMAU da UFRN e o Trapiche EMAU da UFS. O trabalho constrói um panorama importante da atuação destes EMAUs no nordeste do Brasil e traz reflexões a respeito da contribuição da Universidade na construção de assessoria e assistência técnica por meio da extensão universitária.

Palavras chave: EMAUs, Assessoria e Assistência técnica, extensão universitária

Abstract

The present work has as its object of study, the performance of the Model Offices of Architecture and Urbanism (EMAUs) in the Northeast of Brazil. EMAU is a University Extension project that was born in the 1990s, from the desire of students, organized in Academic Centers and in the National Federation of Architecture and Urbanism Students (FENEUA), to guide academic and professional training aligned with the real city and the concrete demands of the vulnerable population and social movements. Thus, EMAU was created with the objective of associating teaching, research and extension and establishing a commitment, through advice and technical assistance, with the reality of the community where the university is located. Therefore, this work seeks to analyze the forms of action of Model Offices of Architecture and Urbanism (EMAUs) in the Northeast and their relationship with advice and technical assistance. For this purpose, a bibliographic and documentary survey was carried out, as well as the construction of semi-structured interviews in order to characterize the organization and performance profile of the model offices based on three case studies: Canto EMAU at UFC, Maré EMAU at UFRN and Trapiche EMAU from UFS. The work builds an important panorama of the performance of these EMAUs in the northeast of Brazil and brings reflections on the contribution of the University in the construction of advice and technical assistance through university extension.

Keywords: EMAUs, Advice and Technical Assistance, university extension.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AJUP - Assessoria Jurídica Popular da UFC
ATHIS - Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
BNH - Banco Nacional de Habitação
CA - Centro Acadêmico
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CNPJ - Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COHAB - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
CPC - Centro Popular de Cultura
DA - Diretório Acadêmico
DPE-CE - Defensoria Pública do Estado do Ceará
EMAU - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo
FAMCPICI - Frente de apoio aos Moradores do Campus do Pici
FENEA - Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo
FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
FOFA - Forças, Oportunidades, Franquezas e Ameaças
FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão
FUNAPS - Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal
GT - Grupo de Trabalho
HIS - Habitação de Interesse Social
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
LABHAB - Laboratório de Habitação
Labhabitar - Laboratório de Habitação e Cidade
Labocart - Laboratório de Geoprocessamento
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEB - Movimento de Educação de Base
MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MNRP - Movimento Nacional da População de Rua
MTD - Movimento dos Trabalhadores por Direitos
MTST - Movimentos dos Trabalhadores sem Teto
NE - Nordeste
PNA - Plano Nacional de Autoconstrução
PNE - Plano Nacional de Educação
PPGAU - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
POEMA - Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura
RRT - Registro de Responsabilidade Técnica
SASP - Sindicato de Arquitetos de São Paulo
SEHARPE - Secretaria Municipal de Habitação Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes
SENEMAU - Seminário Nacional dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SESC - Serviço Social do Comércio
Taramela ATAC - Grupo de Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPEl - Universidade Federal de Pelotas
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UNB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFACEX - Centro Universitário Facex
UNMP - União Nacional por Moradia Popular
USP - Universidade de São Paulo

Lista de Figuras

- Figura 01:** Organograma das etapas metodológicas.
- Figura 02:** Mapa dos escritórios modelos de arquitetura e urbanismo no Brasil.
- Figura 03:** Esquema do modelo orgânico do Canto.
- Figura 04:** Organograma: recebimento de demandas.
- Figura 05:** Esquema das fases de trabalho
- Figura 06 :** Setorização e cronograma de atividades no bairro
- Figura 07:** Atividades realizadas em campo (levantamentos e cartografia social).
- Figura 08:** Cartilha Informativa sobre usucapião e direito à cidade entregue à comunidade.
- Figura 09:** Esquema do modelo orgânico do Maré.
- Figura 10:** Adesivos de identificação cadastral.
- Figura 11:** Esquema do modelo orgânico do trapiche.
- Figura 12:** Linha do Tempo Ocupação João Mulungu.
- Figura 13:** Formulário de cadastramento João Mulungu.
- Figura 14:** Mapa dos vazios urbanos, centro de Aracaju.
- Figura 15:** Mapa de uso e ocupação, Quadra da ocupação.

Lista de Quadros

- Quadro 01:** Diferenças entre um laboratório de extensão e um EMAU.
- Quadro 02:** Panorama de EMAUs do NE. Fonte: FENEA NE, 2021.
- Quadro 03:** Estudos de caso - EMAUs.
- Quadro 04:** Grupos de trabalho desenvolvidos pelo Canto UFC.
- Quadro 05:** Trabalhos desenvolvidos pelo Maré UFRN.
- Quadro 06:** Grupos de trabalho desenvolvidos pelo Trapiche UFS.

Considerações iniciais 21

Intenções de pesquisa 21

Objetivos 23

Procedimentos metodológicos 24

Imersão 28

Capítulo 01. Assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo no Brasil 30

- 1.1 História e contextos das experiências de assessoria em Arquitetura e Urbanismo no Brasil
- 1.2 Assessoria e a função social do arquiteto e urbanista

Capítulo 02. Das universidades aos bairros e dos bairros às universidades 38

- 2.1 A extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo
 - 2.1.1 Residência Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo
- 2.2 O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo
- 2.3 O papel da Universidade na construção da assessoria técnica

Mostra EMAU 58

Capítulo 03. Mostra EMAU: Caracterização dos EMAUs no Nordeste 60

- 3.1 CANTO EMAU UFC
- 3.2 MARÉ EMAU UFRN
- 3.3 TRAPICHE EMAU UFS
- 3.4 Algumas reflexões e desafios para os EMAUs

Considerações Finais 101

Referências Bibliográficas 103

Considerações Iniciais

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) são 84,4% de pessoas morando em zonas urbanas. Em 2019, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2021), havia 24,8 milhões de domicílios inadequados, cenário que se aprofunda nas cidades grandes e de médio porte, onde boa parte da população só tem acesso a moradia a partir de ocupações ou compra informal em assentamentos precários, sujeita a doenças, violência e remoções. Nesse sentido, a luta urbana se coloca como central na disputa por cidades mais justas e inclusivas, e é fundamental que a universidade e os profissionais técnicos se coloquem como agentes desse processo.

Desde a década de 1950, Arquitetos Urbanistas, através das entidades profissionais da categoria, considerando esse quadro já muito amplo de precariedade das condições de moradia de parte expressiva da população, elaboraram propostas para a estruturação de políticas habitacionais e urbanas e a partir dos anos 1970 começaram a propor e experimentar serviços de “assistência técnica”. Ao mesmo tempo, se desenvolvem as experiências de “assessorias” profissionais, bem como vinculadas às faculdades de Arquitetura e Urbanismo e com atuação junto às comunidades e movimentos sociais. Compreende-se, portanto, a importância de apontar com responsabilidade a essência e história da assessoria e assistência técnica, e parte-se da relevância das mesmas na garantia do acesso à cidade pela população que tem esse direito negado em diversas dimensões no nosso país.

É a partir da influência dessas experiências e discussões que nasce o projeto dos EMAUs, que carrega a assessoria técnica como método político e princípio organizativo para efetivação do direito à cidade. Nascido na década de 1990 dentro da

Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo - FENEA, o EMAU surge da inquietação dos estudantes em associar a formação profissional à cidade real, a partir da imersão nas comunidades e do compromisso com a realidade brasileira. Visto isso, este trabalho tem como objeto de estudo a atuação dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) do Nordeste do Brasil e busca analisar se o trabalho desenvolvido por eles se enquadra na assessoria ou assistência técnica.

O Nordeste é a segunda região mais populosa do país onde 71,5% da população mora em áreas urbanas (IBGE, 2010), com um déficit habitacional de 1,778 milhão de unidades em 2019 (Fundação João Pinheiro, 2021). As condições precárias de moradia da população em situação de pobreza na região certamente se agravaram com as crises socioeconômica e sanitária desde de 2020. Além disso, importa destacar a precariedade dos serviços públicos em diversas cidades e a desigualdade social com alta concentração de renda que se expressa no acesso desigual da população ao solo urbano e a direitos sociais.

Desse feito, o Nordeste é palco de diversos conflitos, histórias de resistência popular e experiências de “fazer” cidades que devem ser registradas. A atuação dos Escritórios Modelos nessa região tem iniciativas consolidadas há mais de 10 anos, a saber o Canto EMAU que nasce em 2009 e atua em Fortaleza - CE, cidade mais populosa do Norte e Nordeste. No entanto, há poucos registros da atuação dos EMAUs, bem como de outras iniciativas de assessoria e assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo fora do Sul e Sudeste do país. Nesse sentido, justifica-se a escolha deste recorte para contribuir com a sistematização e visibilidade dessas iniciativas, bem como incentivar a prática nesse campo de atuação profissional.

Destaca-se também o envolvimento pessoal com o objeto de estudo que não só incentivou a escolha do recorte geográfico como também influenciou nas análises e definições que apare-

cem ao longo do trabalho. Sobretudo, a perspectiva de que a luta dos estudantes e pela educação pública precisam estar associadas a luta de classes e a transformação da realidade social brasileira. Esteve-se entre 2016 e 2018, através da Diretoria Regional NE da FENEA, no acompanhamento dos Centros Acadêmicos e EMAUS dessa região, de modo a vivenciar a construção, articulação e consolidação de vários escritórios modelos, bem como participar de discussões acerca do POEMA, da relação entre os EMAUs e a FENEA etc. Assim, apoia-se nesta experiência para ir mais a fundo nas observações e compartilhar acúmulos obtidos na vivência. Ademais, também se apoia na motivação pessoal em relacionar a atuação acadêmica e profissional à militância política e a luta urbana pelo direito à cidade.

O estudo é relevante ao dar destaque à contribuição dos Escritórios Modelos na construção de assessoria e assistência técnica, através da extensão universitária ativa na luta urbana. Aqui estão sistematizados processos de atuação a partir da organicidade, articulação, perfil de atuação, metodologias e processos formativos de alguns EMAUs, experiências pouco conhecidas pela sociedade em geral e comunidade acadêmica. Desse feito, este TCC contribui de forma prática e teórica quando se dedica a sistematizar e visibilizar tais processos, colocando em evidência a importância da atuação prática e incidência política dos estudantes durante seu processo de formação através dos EMAUs, contribuindo com a graduação em Arquitetura e Urbanismo sob uma perspectiva crítica e comprometida com o enfrentamento das desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras.

Objetivos

O **objetivo geral** do trabalho é analisar as formas de atuação dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs)

no Nordeste e sua relação com assessoria e assistência técnica. Assim, também foram definidos três **objetivos específicos**, são eles: **1)** Verificar a relação teórica e conceitual da Assessoria e Assistência Técnica, a fim de compreender o processo de desenvolvimento prático e as formas de atuação no campo da arquitetura e urbanismo; **2)** Analisar a contribuição dos EMAUs do NE na formação do profissional de Arquitetura e Urbanismo, frente o tripé ensino, pesquisa e extensão e, sobretudo, a experiência prática e incidência política nos processos de atuação; **3)** Analisar as formas de atuação, as ações e práticas dos EMAUs do NE, no intuito de sistematizar de forma crítica a partilha de aprendizado entre os sujeitos e a relevância da atuação dos escritórios modelos.

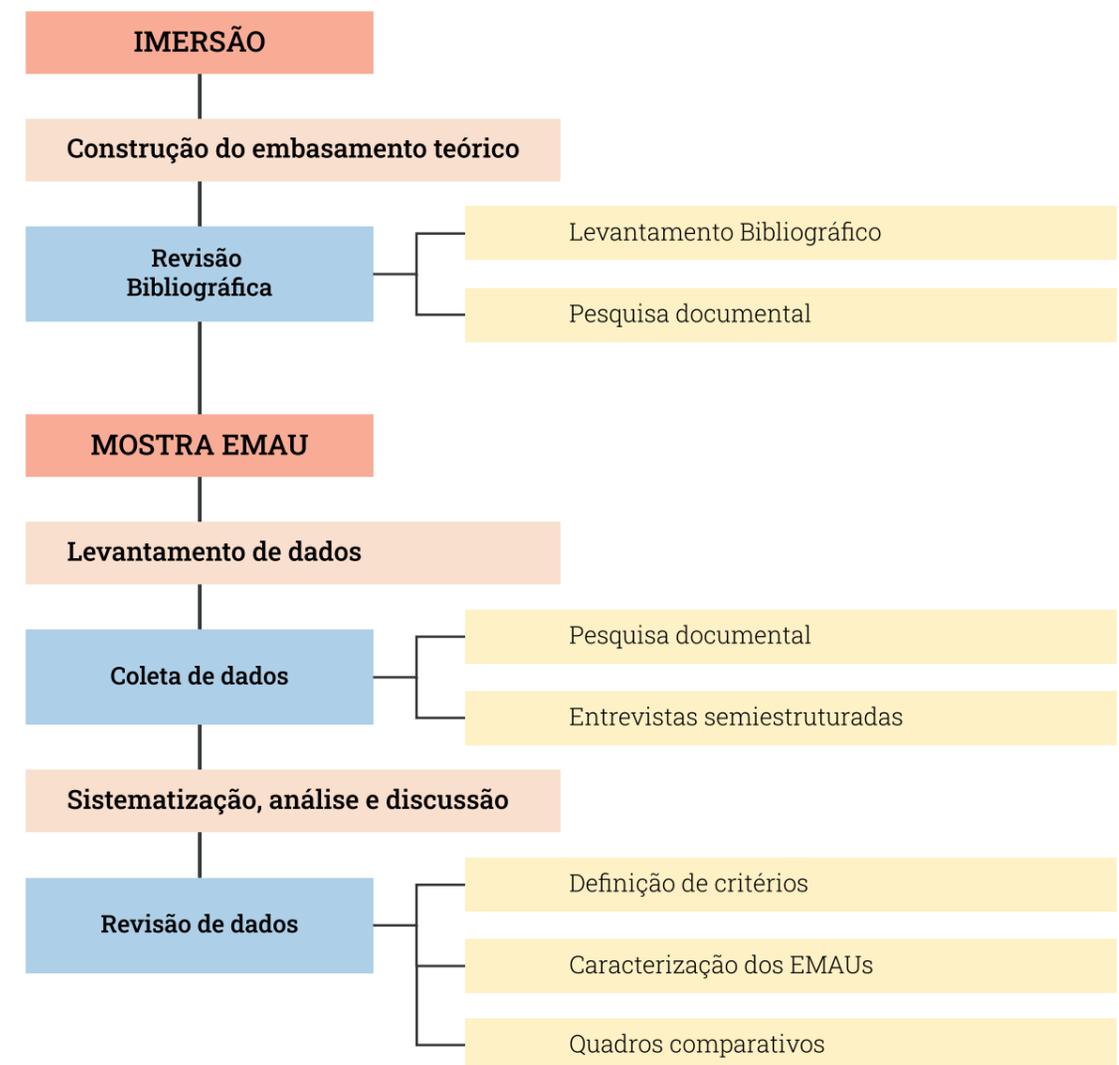
Procedimentos metodológicos

Este trabalho é de natureza exploratória e explicativa. Parte de análises qualitativas e quantitativas recorrendo à pesquisa bibliográfica e coleta de informações diretas no campo. Problematiza, para tanto, a partir da Teoria Urbana Crítica, ações de assessoria e assistência técnica no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, em especial a partir dos EMAUs, para o enfrentamento do quadro de desigualdades, opressões e injustiças no contexto da urbanização capitalista. Por meio da assessoria, os EMAUs buscam a construção coletiva, junto a grupos e comunidades vulnerabilizadas, de processos de apropriação e produção do espaço desalienante e transformador.

Nesse sentido, a pesquisa foi construída a partir das seguintes etapas metodológicas: 1) Revisão bibliográfica: construção do embasamento teórico a partir da revisão de literaturas e documentos 2) Levantamento de dados a partir da coleta de dados existentes em documentos e sistematizações e da construção de entrevistas semiestruturadas e 3) Sistematização,

análise e discussão de dados e resultados encontrados ao longo do processo de pesquisa. Optou-se por apresentar em cada parte do trabalho a metodologia utilizada, dessa forma não há um capítulo metodológico. A figura 01 representa a estrutura metodológica conforme as etapas e procedimentos utilizados em cada parte do trabalho.

Figura 01: Organograma das etapas metodológicas



Fonte: Elaborado pela autora, 2021

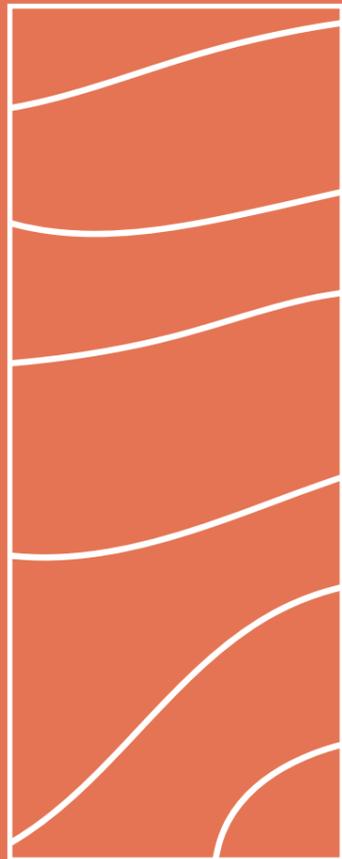
Estrutura

O trabalho está estruturado em duas partes. A parte 01, nomeada "**Imersão**", aglutina os dois primeiros capítulos e se refere aos componentes conceituais, experiências históricas e elaborações teórico práticas que referenciam a questão de pesquisa. A palavra imersão, é utilizada por alguns EMAUs para definir os espaços de apresentação e inserção de novos membros no escritório modelo. Com essa referência, a primeira parte deste trabalho é uma imersão nos conceitos iniciais que sustentam a concepção e existência dos EMAUs, uma apresentação sistematizada não só para embasar o trabalho, mas também para despertar o interesse pelo aprofundamento dos conteúdos apresentados. No capítulo 01, "Assessoria técnica", abre o trabalho com a contextualização da assessoria e assistência técnica. No capítulo 02, "Das universidades aos bairros e dos bairros às universidades", foram desenvolvidas análises sobre a atuação da universidade, suas ferramentas e limitações, na construção de assessoria técnica e ao respeito do projeto dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo.

A segunda parte, "**Mostra EMAU**", composta pelo capítulo 03, caracteriza o objeto de estudo e analisa sua atuação. A Mostra EMAU é um espaço de apresentação e troca entre os estudantes e os escritórios modelos que ocorre nos encontros e seminários de Arquitetura e Urbanismo a fim de conhecer e debater a atuação de cada EMAU pelo Brasil. Nesse sentido, os estudos de caso foram definidos a partir do nível de consolidação desses EMAUs, bem como, de acordo com a distribuição geográfica dos escritórios, a fim de contemplar as três mini regiões do Nordeste e a diversidade territorial entre elas. Assim, com essa analogia, no terceiro capítulo são apresentadas análises sobre a atuação dos EMAUs do Nordeste a partir de 03 estudos de caso: O Canto da UFC, o Trapiche da UFS e o Maré da UFRN, com base na

organicidade, na articulação, na formação e no perfil do trabalho desenvolvido. Por fim, o capítulo é concluído com "Algumas reflexões" dos elementos e desafios comuns e distintos entre esses escritórios, a fim de refletir e contribuir para o processo de revisão de rumos dos escritórios modelos.

Na última parte, as considerações finais, são apontados elementos gerais constantes no trabalho e reflexões em torno da questão de pesquisa, com base nos resultados obtidos. Além disso, são levantadas possibilidades para estudos futuros.



Imersão

[...] pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.

(FREIRE, 1968. P. 43 - Pedagogia do Oprimido)

1. Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo no Brasil

Este capítulo procura contextualizar a assessoria e assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo e respaldar a importância de tais termos. Para Busko (2012), esse continua sendo o campo de atuação mais privilegiado para o arquiteto e urbanista, uma vez que, segundo ele, “Não há outras formas que possibilitam uma atuação tão completa, em que a prática profissional está de fato associada à militância política, associação que permite a transformação pela arquitetura”. Assim, o capítulo pretende abordar o contexto em que se desenvolveram as assessorias e em seguida relacionar o cumprimento da função social do arquiteto e urbanista com a construção de assessoria técnica.

Os métodos utilizados foram a revisão bibliográfica a partir do levantamento de literaturas e pesquisa documental, de relatórios e documentos relativos ao tema produzidos por órgãos públicos, instituições técnico-profissionais e entidades atuantes no campo. Todas as referências levantadas foram analisadas de forma crítica e as principais referências selecionadas para a construção do embasamento teórico foram MACEDO (2018), RODRIGUES (2021) e SANTO AMORE (2016) visto sua contribuição na sistematização e as abordagens críticas em torno da assessoria técnica, experiências de atuação e atuação política.

A intenção deste capítulo é identificar os momentos históricosA intenção dos estudos e análises que integram este capítulo é identificar os momentos históricos e processos de articulação política em que a assessoria se desenvolve e como isso contribui na perspectiva do profissional técnico como sujeito político. Desse feito, a primeira sessão traz uma linha temporal em que relaciona o desenvolvimento da assessoria técnica com a consolidação dos movimentos populares por moradia e a ela-

boração de processos de participação popular, desde a atuação da igreja e universidade até programas de governo. Na segunda sessão, o texto reflete a importância sócio política da profissão ao tempo que justifica a escolha pelo uso do termo “assessoria técnica”.

1.1 História e contextos das experiências de assessoria em Arquitetura e Urbanismo no Brasil

O surgimento e história das assessorias técnicas no Brasil ocorre junto da história da organização dos movimentos populares por moradia, dos mutirões autogeridos e das iniciativas de estudantes, professores, técnicos e outros profissionais a partir dos sindicatos da Arquitetura e engenharia voltadas para a produção de habitação social junto a comunidades, desde os anos 1960, temos o exemplo do Arquiteto e Urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que protagonizou a atuação em favelas no Rio de Janeiro em projetos com participação popular e de Carlos Lacerda, que ainda estudante construiu junto à líderes comunitários um plano emergencial de reurbanização do Brás do Pina (MACEDO, 2018)

Além disso, também importa destacar a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que impulsionadas pela teologia da libertação, se espalham a partir da década de 1960.

As **Comunidades Eclesiais de Base** são pequenos grupos que se organizam em função de sua proximidade territorial e marcadores sociais comuns como a miséria, carência de serviços básicos e equipamentos públicos. Dessa forma, aglutinou, e ainda aglutina, diversos sujeitos indignados com a realidade, e através do método “Ver, julgar e agir” impulsionaram processos organizativos e participativos com grandes conquistas coletivas, a saber pelos grupos de alfabetização de jovens e adultos, os clubes de mães, creches, bibliotecas e hortas comunitárias.

Nesse sentido, vale destacar que as CEBs não se fecham

em si mesmas. As questões discutidas e construídas pelos grupos não interessam apenas aos cristãos, por isso os desafios das Comunidades Eclesiais de base estão diretamente relacionados à luta popular. Desse modo, guiadas pelo objetivo central da libertação de consciências para a transformação social, a partir da década de 1970, as CEBs atuam diretamente na luta política, na formação de quadros e na organização sociopolítica das comunidades populares e para que colocassem suas demandas para urbanização, regularização e equipamentos coletivos.

No período de redemocratização, as lutas por democracia, moradia e reforma urbana se entrelaçam (RODRIGUES, 2019). Com o crescimento da industrialização e o “milagre econômico”- período da ditadura militar no Brasil entre 1968 e 1973 - a urbanização brasileira teve um crescimento acelerado e socialmente desigual, o que resultou em diversas favelas em torno das fábricas e indústrias. Além disso, em 1964 o Banco Nacional de Habitação – BNH é criado e o resultado das construções são conjuntos habitacionais de baixa qualidade, distantes do centro das cidades e voltados para a população com trabalho formal e carteira assinada, de forma a excluir as famílias mais carentes que viviam de trabalhos informais.

Segundo Evaniza Rodrigues (2021), do Movimento Nacional por Moradia Popular - UNMP, nesse momento o polo industrial do ABC Paulista se tornava o maior do país e crescia consigo o fervor da luta sindical e a Favela do ABC, como consequência da política habitacional excludente e higienista. Assim, a luta dentro do espaço produtivo a partir do movimento sindical soma-se aos movimentos de base na luta por melhores condições de vida e dão forma aos **movimentos de moradia** que colocam a luta política e reivindicação de direitos, antes presente somente no meio sindical, na pauta cotidiana das trabalhadoras e trabalhadores.

As reivindicações não ficaram somente em torno da mora-

dia, a partir deste momento a população passa também a questionar a ausência de diversos direitos na esfera da reprodução social, como saúde, educação, saneamento básico e transporte (UNMP, 2019). Com forte influência no método das CEBs, de onde se originam várias de suas lideranças, os movimentos de moradia passam a se articular em grupos de base e construir articulações em rede e, posteriormente, atingem escala nacional.

Os mutirões, que foram desenvolvidos através de programas locais e mais adiante pelo Programa Nacional de Autoconstrução (PNA), deram forma ao processo autogestionário da produção de habitação da população organizada no movimento popular de moradia. Em São Paulo, o programa de Mutirões do FUNAPS Comunitário (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal - FUNAPS) possibilitou que as famílias participassem de todos os aspectos da elaboração das moradias, desde as escolhas dos profissionais técnicos e elaboração do projeto e gestão do canteiro de obras e do sistema de mutirão. Desse modo, a articulação entre técnicos, dirigentes, líderes e população organizada é elemento fundamental para a construção do projeto e desenvolvimento da assessoria.

Importa destacar que, desde a década de 1970, já existiam algumas iniciativas de assessoria técnica e cooperativas voltadas para o problema da moradia e urbanização, a saber a cooperativa do sindicato de arquitetos de São Paulo (SASP) com atuação voltada para movimentos sociais, o LABHAB, Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura da USP, que pauta a importância da universidade se colocar para as demandas populares e que, segundo Macedo (2018) “O LABHAB foi a primeira experiência consolidada, de cunho institucional, que atuou junto aos Movimentos de Moradia”. O laboratório fomentou encontros e articulações entre os movimentos e cooperativas e contribuiu com o acúmulo político organizativo e teórico sobre a construção de assessoria, a relação entre técnicos com os movimentos

e outras áreas profissionais, como jurídica, econômica e do serviço social. Ao longo dessa breve história é possível enxergar a importância da organização social e política para a efetivação da luta e conquista de mecanismos sociais para a efetivação de direitos.

A partir dos anos de 1980 diversas experiências pioneiras vinculadas a técnicos que já trabalhavam em favelas e periferias de São Paulo, se somam a atuação dos movimentos de moradia na construção de mutirões autogeridos, a saber por Vila Nova Cachoeirinha que teve a participação do engenheiro Guilherme Coelho, que foi definidora com a influência de sua experiência nas Cooperativas de Habitação no Uruguai, onde a produção de habitação era baseada na propriedade coletiva e articulada a uma rede de cooperativas e assessorias técnicas. Segundo Busko (2012), no mutirão de Vila Nova Cachoeirinha, Coelho se juntou à mobilização de um grupo de sem teto que conseguiu reivindicar um terreno para a construção de uma casa modelo com recursos de doação. Contudo, logo em seguida ele veio a falecer e a continuidade do processo de ajuda mútua foi interrompida, de modo que o processo continuou sem autogestão, mas acompanhado por técnicos da prefeitura e financiado pela COHAB.

Nota-se que há uma aproximação importante dos profissionais técnicos aos movimentos sociais com valorização dos processos autogestionários e do canteiro de obras para as experimentações de novas formas e meios de produção, fazendo com os mutirantes, e, também, como meios para a conscientização crítica sobre as realidades de desigualdades e espoliações. Nesse sentido, há também o fortalecimento da organização sociopolítica e disputa institucional para demandar recursos públicos, fundamentais para a consolidação das políticas de habitação e assessoria técnica.

1.2 Assessoria e a função social do arquiteto e urbanista

Refletir sobre os termos assistência e assessoria técnica é motivo de algumas inquietações no campo conceitual, semântico e político. Para Santo Amore (2016), o endereço de origem dessa polêmica é o incômodo dos arquitetos e urbanistas de São Paulo, com histórica atuação no campo das assessorias, quando o assunto ganhou escala nacional e o termo “assistência técnica” veio a se consolidar.

Entende-se por assessoria a construção de apoio técnico numa relação de trocas mútuas entre os profissionais técnicos e os assessorados, em um trabalho coletivo junto às organizações e movimentos populares. Por outro lado, o termo assistência conota uma relação de ajuda menos horizontal, impessoal e imposta por demandas específicas individuais ou coletivas. A concepção da assistência técnica, enquanto instrumento, parte de sindicatos da categoria com a intenção de estruturar um amplo serviço público e gratuito à população de baixa renda e, por isso, as lutas no campo institucional para o estabelecimento de leis, políticas e programas ganharam prioridade. Assim, no campo da Arquitetura e Urbanismo, a assistência técnica compreende que a prestação de serviços à população de baixa renda que vive em condições de miséria e precariedade habitacional, não deve ser condicionada à organização popular, mesmo que reconheçam o valor dos princípios defendidos pela assessoria.

Nesse caminho, em 1989, durante a gestão de Luiza Erundina, foi implementado no município de São Paulo, o programa de construção mutirão com autogestão com base nas experiências das cooperativas uruguayas e que tomava corpo junto das “assessorias”, o programa seguia o tripé: **1.** Poder Público, **2.** Associação dos futuros moradores, **3.** Equipe de assessoria técnica, onde a decisão de contratação da equipe técnica pertencia a associação dos moradores (SANTO AMORE, 2016).

A construção sociopolítica, nesse momento, é marcada pelo envolvimento coletivo das comunidades organizadas e assessorias técnicas (MACEDO, 2018) e além dos ganhos diretos para os trabalhadores, como o acesso à moradia e qualificação da mão de obra a partir do mutirão, a experiência de São Paulo foi fundamental para a articulação, acúmulo e elaboração entre os técnicos e acadêmicos que já atuavam na prestação de serviços junto a associações de moradores de favelas, movimentos sociais, bem como, comunidades vinculadas a igrejas, como a CEBs. Logo, as ações isoladas passam a ações articuladas e com apoio institucional importante, como o LABHAB e o Sindicato de Arquitetos de São Paulo. Além disso, “parte desses técnicos foram ocupar cargos de decisão e formular uma política que colocava as organizações populares, que também viviam um momento de estruturação institucional no período de redemocratização do país, numa posição de protagonista na gestão das políticas públicas” (SANTO AMORE, 2016).

No campo das assessorias, a partir do projeto de lei do Fundo de Moradia Popular em 1992, é criado o programa Crédito Solidário e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) é institucionalizado vinculado ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Nos anos 2000 a discussão que pouco havia saído do Sudeste, concentrada, sobretudo, no estado de São Paulo, se espalha pelo Brasil. Por meio da lei federal 10.257 é instituído o Estatuto da Cidade que define a assistência técnica e jurídica gratuita a comunidades e grupos menos favorecidos como um dos instrumentos da política urbana. Em seguida, a lei federal, N° 11.888, que “assegura às famílias de baixa renda o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social” é aprovada e o termo “assistência” prevalece, novamente, no campo legislativo.

Importa destacar o papel da luta e atuação institucional dos profissionais e coletivos de assessorias técnicas para que a prática pudesse ser assegurada legalmente. Por isso, é possível compreender o incômodo dos profissionais técnicos e militantes com a definição da “assistência” técnica e o não condicionamento desse instrumento à organização da comunidade, uma vez que a autonomia e protagonismo dos movimentos sociais são fundamentais no processo de conquista de direitos.

Ao discutir sobre isso, Santo Amore (2016) coloca:

[...] é fundamental que as políticas públicas estimulem a organização popular, a autonomia e o protagonismo dos movimentos sociais. Mas é também necessário reconhecer que a massa de trabalhadores de baixa renda, não organizada em movimentos e associações, e que vive em condições precárias deve ser “assistida” pelos serviços dos arquitetos e urbanistas, pela dimensão pública da profissão e de forma direta e específica na qualificação de seus espaços de moradia. (SANTO AMORE, 2016, p. 05)

Nesse sentido, quando se adota assessoria técnica, posiciona-se a compreensão de que a luta urbana e pela transformação social deve ser construída com o povo, e não para o povo, por isso, a centralidade da organização popular e do papel do arquiteto militante em sua construção. Além disso, incorpora-se a legitimidade da segurança institucional a partir da “lei da assistência técnica” para identificar caminhos para novas conquistas a fim de uma assessoria plena e comunicadora.

Assim, a compreensão de arquitetos/as e urbanistas da abrangência e campos de atuação, do papel social de sua profissão e sobretudo das origens da realidade urbana desigual que a sociedade está inserida é fundamental para que se alcance uma transformação social pela Arquitetura.

2. Das universidades aos bairros e dos bairros às universidades

Este capítulo manifesta-se pela educação popular emancipatória, pela construção de conhecimento com e para o povo. “Das universidades aos bairros e dos bairros as universidades” objetiva sistematizar as experiências de atuação da universidade, suas ferramentas e limitações, na construção de assessoria técnica e mostrar parte do potencial revolucionário que têm estas instituições.

Para isso, buscou-se compreender a extensão universitária e as concepções em torno da relação entre a universidade e sociedade, bem como sistematizar o projeto dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo. Assim, a metodologia deu continuidade a revisão bibliográfica. As referências principais para fundamentar o capítulo foram GADOTTI (2017), D’OTAVIANO e ROVATTI (2019), FREIRE (1968) e o POEMA (2007).

O segundo capítulo está escrito em três partes. A primeira aborda a extensão universitária e sua experiência na graduação e pós graduação em Arquitetura e Urbanismo no campo da assessoria técnica. A segunda parte, foca em apresentar o projeto dos Escritórios Modelos e por fim, a terceira parte faz um apanhado geral sobre o papel da universidade na construção de assessoria técnica.

Atravessamos nos últimos anos um aprofundamento da precarização das condições de vida dos brasileiros, com o crescimento do desemprego, da fome e da miséria, que se agudizam com a convergência de crises social, política e sanitária, frente a COVID-19. Parte dos estudantes, professores e pesquisadores têm se colocado fortemente no enfrentamento a esse cenário, com o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão vol-

tadas para o enfrentamento à pandemia, até a construção de ações de solidariedade junto às comunidades vulnerabilizadas. No bojo dessas ações, está a campanha de solidariedade “Das universidades aos bairros”, construída nacionalmente pelo Levante Popular da Juventude¹, no último ano, e que atua em duas frentes: 1) Enfrentamento à fome: arrecadação e distribuição de alimentos e produtos de higiene; 2) Organização popular: conscientização social e política da população a partir de ferramentas de trabalho de base, como “Cursinho Popular Podemos Mais” e os “Agentes Populares de Saúde”. Dessa forma, a campanha afirma a importância da universidade estar ao lado da população, construindo ações concretas de transformação da realidade com a troca de saberes e tecnologias, através da solidariedade popular, que objetiva, sobretudo, a transformação social e do sistema que nos oprime enquanto classe. Este capítulo, de mesmo nome, reivindica a educação contextualizada e aplicada aos problemas reais do povo brasileiro a partir de um intercâmbio continuado de troca de saberes e tecnologias

2.1 A extensão universitária em Arquitetura e Urbanismo

A extensão universitária é a área da educação brasileira que, ao longo da sua história, mais se preocupou com a construção de vínculos com a sociedade. Não à toa, o desenvolvimento da concepção de extensão caminha ao lado das lutas por direitos e liberdades democráticas no país, entre elas a democratização das universidades.

A partir da Constituição de 1988 o ensino, pesquisa e extensão são considerados o tripé de sustentação do ensino superior no Brasil. Contudo, diz Moacir Gadotti (2017), desde os anos de 1950 e 1960 já existia a discussão em torno do compromisso da

¹ Movimento social que organiza juventude nas universidades e periferias, pela construção do Projeto Popular para o Brasil. Destaca-se, que a autora é militante do levante e participa de forma direta da campanha referenciada.

educação com as classes populares a partir da extensão, mas de forma indissociável com o ensino e pesquisa, sobretudo pela influência dos movimentos sociais. A saber, a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com seu projeto UNE Volante, que previa uma mobilização nacional a partir de caravanas. Destaca-se, nesse período, o trabalho de Paulo Freire, criando o Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, bem como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE (GADOTTI, 2017).

Com o golpe militar de 1964, que teve um caráter fortemente ideológico, a educação e a cultura sofreram profundos ataques. Logo no primeiro dia do golpe, 1 de abril de 1964 a sede da UNE foi incendiada pelos militares, em seguida diversos estudantes, artistas e militantes passaram a ser perseguidos e torturados. Aqui, importa enfatizar o ataque à educação popular e a concepção em desenvolvimento da extensão universitária voltada para os problemas sociais. Além do desmantelamento de aparelhos importantes como a UNE, Paulo Freire foi **acusado de subversão** e preso durante 72 dias e logo em seguida se exilou por cinco anos no Chile, onde sistematizou o livro “Extensão ou Comunicação?”²

Em 1968, a Reforma Universitária (Lei 5.540/68), em seu artigo 20, estabeleceu que “as universidades e as instituições de ensino superior **estenderão à comunidade**, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes” (grifo da autora). Nos anos seguintes, década de 1970, os movimentos populares, sindicais e ONGs reaparecem e dão uma nova vida à extensão colocando

² Livro escrito por Paulo Freire em 1979, e constrói um paralelo entre a relação do agrônomo com o camponês e do professor com o aluno, onde Freire problematiza a extensão como a ideia de posse do conhecimento, sem a partilha como via de mão dupla. Aponta nesse sentido, a comunicação para que os sujeitos co-particitem de forma ativa do processo extensionista.

a educação popular como perspectiva central. Em 1987 é criado o FORPROEX, Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão, decisivo nas conquistas seguintes, inclusive a consagração da indissociabilidade a partir da constituinte de 1988.

Para o FORPROEX a Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, A Extensão Universitária é “uma via de mão dupla” entre Universidade e sociedade. O saber acadêmico e o saber popular se reencontravam (GADOTTI, 2017). Nesse sentido, a extensão universitária deve ser um instrumento de transformação social e da própria universidade, a partir de uma prática comunicativa libertadora entre os sujeitos.

Os objetivos e funções estabelecidos para extensão continuam como grandes desafios a serem superados a longo prazo. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, na mesma concepção de extensão do FORPROEX de 1987, definiu que até o final de 2022 os cursos de graduação devem ter no mínimo 10% da carga horária para a extensão universitária. Tal definição, representa um avanço importante na curricularização e entendimento da extensão como parte indissociável das demais práticas pedagógicas.

Contudo, também se coloca como uma provocação para alcançar a **indissociabilidade entre as áreas**, por meio de atividades práticas e críticas nos processos de formação e elaboração de conhecimento, **a acionar a troca entre os saberes acadêmico e popular** de forma dialógica e dialética e **a integrar os campos disciplinares**, sobrepondo metodologias e conceitos para dar conta das demandas reais do cotidiano, interdisciplinares por natureza. No entanto, apesar das diretrizes de incentivo do PNE, poucas políticas têm caminhado no sentido de potencializar a extensão, pelo contrário, o avanço do autoritarismo e da políti-

ca neoliberal de privatização do ensino superior tem fragilizado mais ainda o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Se historicamente o investimento para os programas de extensão já eram inferiores à pesquisa, a saber pelo valor das bolsas, hoje o cenário é ainda mais assustador.

Na sociedade capitalista, com profunda desigualdade de classes como o Brasil, a produção do espaço urbano se coloca como a materialização socioespacial dessas desigualdades, injustiças e contradições. Dessa forma, grande parte da população brasileira não tem acesso a habitação, infraestrutura urbana (saneamento, transporte, ruas pavimentadas etc.), saúde, educação e lazer, bem como, impulsionadas pela precariedade e a ausência de um estado que promova políticas e investimentos públicos, os trabalhadores se colocam no desafio de produzir o seu próprio espaço. Nesse cenário, a contradição entre o saber popular e o científico se enfrentam cotidianamente, uma vez que as conquistas científicas e tecnológicas que objetivam elevar a qualidade de vida do povo não chegam de forma homogênea na sociedade e quanto menor o poder de consumo da população, menor é o acesso aos bens e serviços urbanos.

Para D'Ottaviano e Rovatti (2019), é aqui que “as atividades de Extensão universitária se colocam como algo desejável e capaz de levar a Universidade “para além dos seus muros.” É, também, nesse sentido que pensar a Arquitetura e Urbanismo e a formação desse profissional é se colocar como agente produtor de uma cidade real em movimento dinâmico construído por diversos sujeitos e interesses. É preciso, portanto, assumir a Extensão Universitária em Arquitetura e Urbanismo como uma ferramenta de luta pelo direito à cidade e colocá-la no processo de produção dos territórios.

A cidade, ou a questão urbana em suas múltiplas escalas, abordagens e complexidade, se apresenta, então, como tema incontornável ao pensarmos a Extensão Universitária

em Planejamento Urbano e Regional – e, por isso mesmo, exige uma abordagem multi-inter-trans disciplinar na qual a presença no território emerge como desafio fundamental. Porque somente a partir da presença continuada no território somos capazes de vivenciar experiências extensionistas em parceria “com”. A partir da presença no território temos a oportunidade da vivência do processo como indutor de profundidade. Apenas a partir da vivência no território temos a oportunidade de efetivamente levarmos a produção e o usufruto do conhecimento para além dos muros da Universidade. (D’OTAVIANO e ROVATTI, 2019, P. 52)

Desse modo, as experiências de extensão universitária vividas no cotidiano das famílias e do bairro permite, mesmo que sem mudanças profundas, intervir no dia a dia e estimular que os próprios grupos promovam a ação. A partir dessa vivência, conseguimos enxergar e assumir as limitações da prática extensionista em **contribuir para o enfrentamento da precariedade e risco nos territórios marginalizados e sujeitos vulnerabilizados**, mas também a potência de desenvolver processos participativos que de fato potencializam a organização popular, a incidência política por direitos e a intervenção na produção do espaço.

Residência Acadêmica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia

Por último, é fundamental destacar que além da extensão na graduação, o programa de Residência Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo, que é uma experiência importante no campo da formação profissional. Sob a perspectiva de elaboração participativa em projetos de interesse social e a fim de aumentar o acesso a recursos públicos na melhoria da qualidade de moradia e direitos cidadãos, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) é pioneira na modalidade “Residência Acadêmica em AU+E no

Brasil". A especialização faz parte do programa de pós-graduação lato sensu³ em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade e tem inspirado outras instituições de ensino superior pelo seu caráter permanente e pluridisciplinar integrado aos territórios, municípios e movimentos sociais no intuito de ampliar a inserção social da universidade pública. A saber, segundo o mapa "Comunidades e Territórios Residência AU+E" no site do programa, a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal de Pelotas (UFPe), a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) também vêm desenvolvendo iniciativas de residência em Arquitetura e Urbanismo e a partir dessa rede atuam em 25 territórios.

O sucesso dessa iniciativa, ao implantar esta primeira modalidade de Residência Acadêmica em AU+E no Brasil, traz a viabilidade de sua replicação em rede nacional e a mobilização de intercâmbios internacionais, incentivando novas possibilidades de cooperação e troca de experiências. Fortalece assim a inovação tecnológica voltada para o interesse social nessa área de atuação e a inserção da universidade pública na conquista de cidades melhores e mais justas. (UFBA, 2021, página virtual)

O projeto na UFBA é fruto do resultado das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas desde 1993 pelo LabHabitat (PPGAU/UFBA), laboratório com atuação voltada para moradia e as questões sociais da cidade composto por professores, pesquisadores e estudantes da graduação e pós graduação, não apenas de Arquitetura, e junto às comunidades envolvidas

³ Os cursos de pós-graduações lato sensu compreendem os programas de especialização, como as Residências Acadêmicas e o MBA (Master Business Administration) com foco no mercado de trabalho. Apenas os programas de residência multiprofissional e em área da saúde, são regulamentados (Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077, de 12/01/2009), nesse sentido o programa na UFBA é pioneiro e um esforço coletivo pela consolidação e disseminação desse tipo de programa na área.

nos projetos experimentais. Frente a isso, a Residência AU+E/UFBA nasce com o objetivo de ampliar e interiorizar essa atuação e auxiliar os profissionais e movimentos sociais nas questões voltadas ao direito à moradia digna e adequada, bem como, viabilizar a qualificação e assistência técnica, continuada e de forma sistemática, diante da complexa realidade urbana brasileira (UFBA, 2021).

Contudo, os programas de residência em arquitetura, urbanismo e engenharia ainda não possuem regulamentação institucional, como as especializações desse tipo na área da saúde, por exemplo. Tal fato é um desafio fundamental para a consolidação dos programas e formação de futuros assessores. Tanto pelo incentivo à permanência dos estudantes a partir das bolsas e ajuda de custo para os residentes e tutores, quanto pelo reconhecimento institucional. Dessa forma, por mais que o esforço da UFBA para que o programa se sustente tenha dado certo até aqui, é necessário que o Estado se responsabilize e transforme em política pública de fomento à formação profissional e a incidência técnica qualificada nos problemas urbanos e habitacionais brasileiros.

Observa-se que a especialização é uma potência para a assessoria técnica e um incentivo para atuação profissional nesse campo como futuros assessores. Desse feito, a construção de elos entre a atuação do programa de Residência Acadêmica e os programas de extensão na graduação de Arquitetura e Urbanismo é um caminho importante para a manutenção do ciclo de interesse, atuação prática e manutenção do vínculo dos egressos com a assessoria técnica.

2.2 O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo

O EMAU é um projeto de Extensão Universitária que nasce no início da década de 1990, quando os Centros Acadêmicos e a

Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FENEA) retornam suas discussões sobre o ensino de Arquitetura e Urbanismo e passam a pautar a formação acadêmica e profissional alinhada com a cidade real e as demandas concretas do População vulnerabilizada e dos movimentos sociais. Nesse sentido, fruto de quase uma década de discussão em Conselhos, Seminários e encontros da FENEA (POEMA, 2007) o EMAU surge com o objetivo de associar ensino, pesquisa e extensão e firmar um compromisso com a realidade da comunidade onde a universidade está inserida.

A iniciativa estudantil não busca interferir no mercado de trabalho dos profissionais, uma vez que tem como foco o desenvolvimento de assessoria técnica às comunidades mais excluídas. Além disso, cada EMAU, de acordo com a realidade local e o processo de articulação estudantil, tem uma dinâmica de trabalho e atuação específica, contudo todos eles devem seguir os princípios norteadores para serem considerados EMAUs.

Segundo a Carta de Definição dos EMAUs (FENEA, 2007), os princípios que regem os escritórios modelos partem dos quatro eixos postulados na UNESCO e na União Internacional de Arquitetos para educação em Arquitetura e Urbanismo que são: 1) Garantir qualidade de vida digna para todos os habitantes dos assentamentos; 2) Uso tecnológico que respeite as necessidades sociais, culturais e estética dos povos; 3) Equilíbrio ecológico e desenvolvimento sustentável do ambiente construído; 4) Arquitetura valorizada como patrimônio e responsabilidade de todos. Desses quatro eixos, derivam sete valores e princípios norteadores do projeto EMAU: 1) Gestão Estudantil; 2) Horizontalidade nas tomadas de decisões; 3) Coletividade; 4) Multidisciplinaridade; 5) Não Assistencialista; 6) Atuação nos locais não alcançados pelo profissional arquiteto; 7) sem fins lucrativos.

Para o EMAU importa, portanto, desenvolver dinâmicas de atuação pautadas na troca mútua de saberes entre os estudantes

e a comunidade assessorada, sem imposição ou relação verticalizada entre as partes. Nesse sentido, O POEMA, Programa de Orientação aos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo, compreende a extensão universitária como **comunicação**, onde haja “um trabalho com constante participação das comunidades, onde universidade e sociedade troquem conhecimentos de maneira horizontal, e não a simplista “extensão” hierarquizada de uma parte sobre a outra. Buscam uma Extensão como comunicação, onde ambas as partes estendem seus conhecimentos, e só através do exercício desse diálogo constante se chegue a uma forma de educação libertária e condizente com nossa realidade social” (POEMA p. 12).

Essa estrutura confirma que a experiência acumulada nos EMAUs não acaba em si mesma, tão pouco se limita a prática ou execução tecnicista. O EMAU nasce, acima de tudo, como um objeto de organização e transformação política é por isso que reivindica outra lógica de fazer “ensino, pesquisa e extensão” que pressupõe a organização estudantil e o compromisso com a luta popular e o direito à cidade.

Tabela 01: Diferenças entre um laboratório de extensão e um EMAU.

	Laboratório de extensão	EMAU
Iniciativa de implantação	Professor	Estudante
Gestão/Administração de Recursos	Professor	Estudante
Recursos Financeiros	Universidade/Mercado Privado	Universidade
Infraestrutura	Universidade	Universidade
Captação e escolha de Projetos	Professor	Estudante
Área de atuação	Qualquer projeto escolhido pelo Professor coordenador	Comunidades excluídas e organizadas
Participação dos estudantes nos trabalhos	Seleção dos estudantes feitas pelos professor	Livre Participação dos estudantes

Fonte: POEMA, 2007. Editada pela autora, 2021

É importante destacar que o POEMA se encontra em processo de revisão e reformulação há alguns anos, procedimento que é natural frente a constante avaliação e ressignificação das formas de atuar. Assim, destaca-se na Quadro 01 pequenas incoerências importantes de serem ressignificadas ou melhor explicadas. A saber, o comparativo entre o EMAU e Laboratório de Extensão que reflete a ideia de que são opostos, quando na verdade nascem na perspectiva: dar centralidade à extensão universitária. Além disso, outros laboratórios de extensão também variam o método de atuação e organização interna, por isso, não se pode defini-los de forma homogênea e fatalista. Por fim, o papel do professor e autonomia estudantil em ambos os grupos é relativo e carece de maior aprofundamento, uma vez que além da orientação o docente recebe a responsabilidade técnica pelas ações dos grupos e em alguns EMAUs é considerado membro com os mesmos poderes de decisão que qualquer outro.

No campo de atuação prática, o docente é o principal vínculo do EMAU com a universidade e que pode, de forma mais direta, assegurar os benefícios disponíveis para o grupo de extensão, desde bolsas, utensílios e materiais, ajuda de custo e etc. Por outro lado, mesmo com suporte institucional em algumas esferas como a Lei nº 11.888 que em seu artigo 4º prevê a prestação de serviços de assistência técnica pelos EMAUs em habitação de interesse social, a responsabilidade técnica sobre as atividades desenvolvidas segue a legislação reguladora das profissões, portanto o orientador deve estar legalmente apto a ser responsável pelo projeto em questão, sua supervisão, compromisso e envolvimento são fundamentais. Contudo, é preciso considerar que estas são demandas adicionais ao trabalho docente, que além da sobrecarga e responsabilidade técnica, tem limitações a conhecimentos específicos que por vezes não serão suficientes para assessorar o grupo de estudantes e se responsabilizar pelo projeto. Por exemplo, a necessidade de cálculo de grandes

estruturas que careçam de profissionais da engenharia civil que nem sempre serão acessíveis ao EMAU, seja via institucional ou contratação privada. Desse modo, é necessário reconhecer o EMAU, bem como, a extensão universitária brasileira, como ferramentas em construção que carecem da partilha entre as experiências, lacunas e desafios para avançar coletivamente.

Nesse sentido, ressalta-se o esforço continuado, não só dos EMAUs mas também da FENEA, em construir espaços de troca entre as experiências dos escritórios modelos pelo Brasil, por exemplo, dentro dos Encontros Regionais e Nacionais de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (EREAs e ENEAs), e centralmente os Sofás e o SENEMAU, que têm foco nos escritórios modelos e sua linha de atuação para os próximos tempos.

Observa-se, hoje, que o projeto EMAU tomou uma dimensão que ultrapassa os limites da Federação, de modo que em alguns casos o vínculo direto com as ações da FENEA, ou vice-versa, não existe. Tal fato, infelizmente, contribui com a fragmentação e setorização da organização estudantil dentro do curso de Arquitetura e Urbanismo, que se propõe a atuar de forma paralela a partir das entidades estudantis, como os Centros Acadêmicos (CAs) e Diretórios Acadêmicos (DAs), e das iniciativas que discutam a formação do arquiteto e urbanista, a luta urbana e as formas de intervir nas cidades, como os EMAUs. A Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, além de genitora, ainda é a única entidade que aglutina as iniciativas e questões em torno dos EMAUs em a nível nacional, não havendo nenhum outro instrumento que ampare por completo a rede de escritórios modelos. Portanto, ao tempo que enxergamos a necessidade do fortalecimento da rede EMAUs e da construção de instrumentos que potencializam a legitimidade e atuação desses escritórios, compreendemos a importância da participação da FENEA nesse processo, inclusive por seu acúmulo e sistematização ao longo da história sobre a formação do arquiteto

e urbanista.

Para o EMAU, a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão é crucial. Não só no que se refere à vivência projetual e experimentação de novas metodologias, mas também na formação do estudante frente a função social do arquiteto e urbanista. É certo que o aprendizado não se dá apenas na sala de aula, é necessário vivência e partilha social, é por isso que os escritórios modelos buscam caminhos compartilhados com o grupo, movimento ou comunidade assessorada para responder aos problemas e processos projetuais demandados. Além disso, estimula o debate político, através de métodos e processos de educação popular visando a autonomia da comunidade na luta pela transformação de sua realidade.

Atualmente, existem mais de 30 escritórios modelos espalhados pelo Brasil e diversos outros surgindo. Em 2015, a FENEA tinha registro de 14 em processo de construção ou reativação e 32 em atividade, como ilustrado no mapa da figura 02. Vale destacar que durante esta pesquisa, que tem como foco os EMAUs do nordeste, foram identificados nas instituições de ensino dessa região 20 grupos de extensão universitária que se identificam como escritórios modelos (Quadro 02), o que pode significar uma expansão e reconhecimento da iniciativa, mas é importante lembrar que para ser considerado escritório modelo não basta a identificação é preciso que a prática e princípios estejam alinhados ao projeto definidor, em busca da extensão universitária como ação comunicadora.

Quadro 02: Panorama de EMAUs do NE.

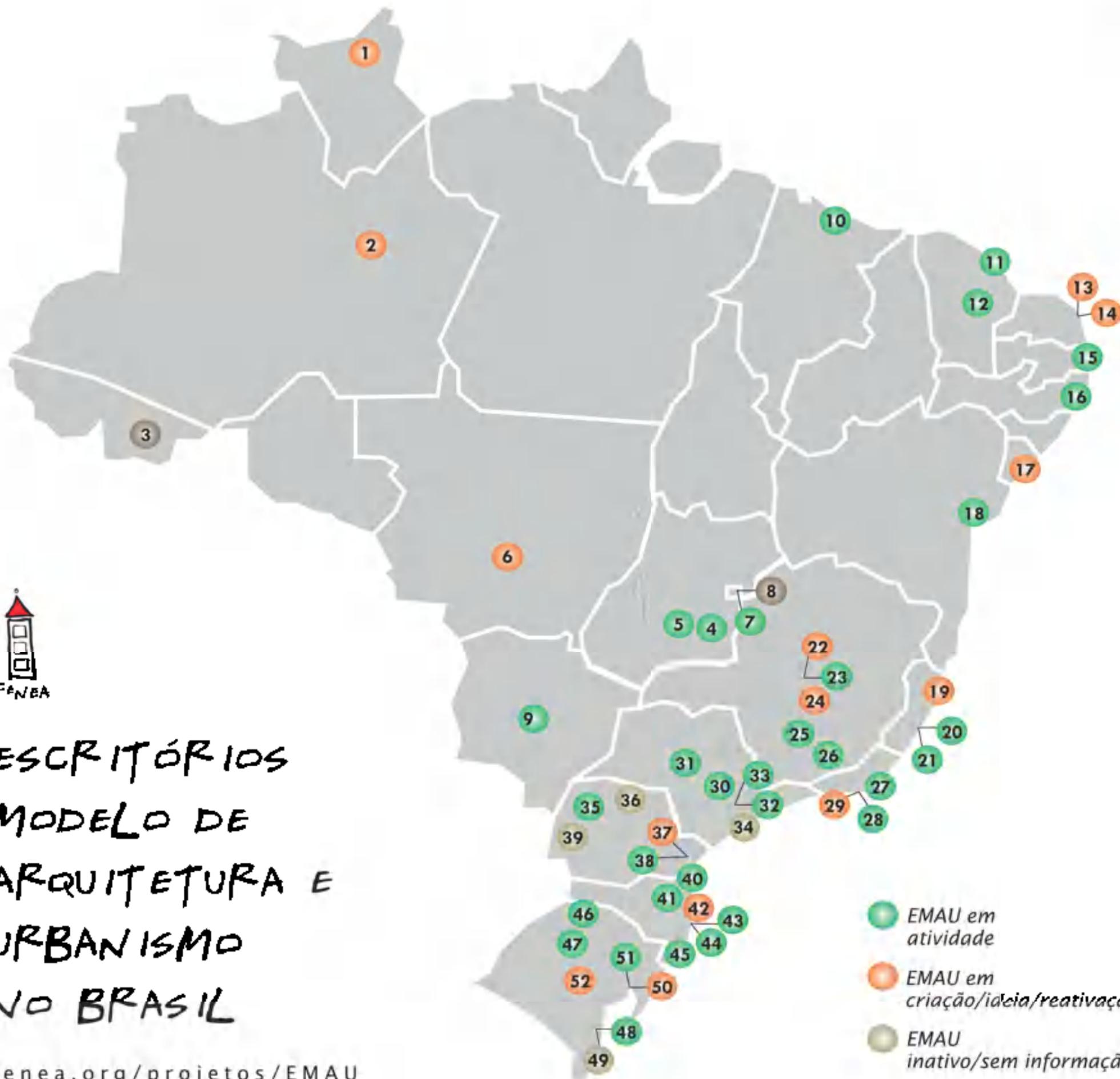
EMAU	UNIVERSIDADE	CIDADE
Curiar	UFBA	Salvador
Ocupar	UNEB	Salvador
Carranca	IFBA	Barreiras
Maloca: Escritório de Habitação Social	UFAL	Arapiraca
Casa	UFAL	Arapiraca
Beco	UFAL	Maceió
Trapiche	UFS	Laranjeiras
Cajueiro	UFPE	Recife
EMAU Arq&Urb	UNINASSAU	Recife
Trama	UFPB	João Pessoa
Prosa	Unipê	João Pessoa
Tato	UFCG	Campina Grande
Retalhos	Unifacisa	Campina Grande
Maré	UFRN	Natal
Canto	UFC	Fortaleza
Toca	Unicatólica	Quixadá
Dunas	Unifor	Fortaleza
Cordel	UniFAP	Juazeiro do Norte
Solar	UEMA	São Luiz

Fonte: FENEA NE, 2021. Editada pela autora.



ESCRITÓRIOS MODELO DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL

fenea.org/projetos/EMAU



- EMAU em atividade
- EMAU em criação/ideia/reativação
- EMAU inativo/sem informação

- 1 | emau [UFRR] boxa vista
- 2 | emau [UNL] manaus
- 3 | palafita [FAB] rio branco
- 4 | prisma [UEG] anápolis
- 5 | set [PUC-GO] goiânia
- 6 | aldeias [UNEMAT] barra dos bugres
- 7 | casas [UnB] brasília
- 8 | moveres [UniCEUB] brasília
- 9 | escala [UFMS] campo grande
- 10 | solar [UEMA] são luís
- 11 | canto [UFC] fortaleza
- 12 | toca [FCRS] quixadá
- 13 | emau [UFRN] natal
- 14 | emau [UNP] natal
- 15 | trama [UFPB] João pessoa
- 16 | cobogó [UFPE] Recife
- 17 | emau [UFS] laranjeiras
- 18 | curiar [UFBA] salvador
- 19 | maloca [FAACZ] aracruz
- 20 | pipa [UNIVIX] vitória
- 21 | célula [UFES] vitória
- 22 | emau [UFMG] belo horizonte
- 23 | uaipsô [UNA] belo horizonte
- 24 | emau [UFOP] ouro preto
- 25 | eppa! [UFSJ] são João del rei
- 26 | rua [UFJF] juiz de fora
- 27 | empaz [UFF] niterói
- 28 | abricó [UFRJ] rio de janeiro
- 29 | emau [USU] rio de janeiro
- 30 | escritório 54 [UNESP] bauru
- 31 | mobile [UNICAMP] campinas
- 32 | emau uam [UAM] são paulo
- 33 | mosaico [MACK-SP] são paulo
- 34 | emau morro [UNISANTOS] santos
- 35 | soma [UEM] maringá
- 36 | ocas [UEL] londrina
- 37 | emau [UTP] Curitiba
- 38 | tupis [UTFPR] Curitiba
- 39 | emau [UNIPAR] cascavel
- 40 | cauac [PUC-SC] Joinville
- 41 | quinto artigo [FURB] Blumenau
- 42 | emau [UNIVALI] balneário camború
- 43 | ama [UFSC] Florianópolis
- 44 | emau unisul [UNISUL] Florianópolis
- 45 | emau tubarão [UNISUL] tubarão
- 46 | varanda acau [UFFS] Erechim
- 47 | vivaemau [UPF] passo fundo
- 48 | joabem [UFPEL] pelotas
- 49 | emau [UCPEL] pelotas
- 50 | in loco [UNIRITTER] porto alegre
- 51 | emav [UFRGS] porto alegre
- 52 | emau [UFSM] santa maria

O exercício da prática de uma arquitetura social e transformadora começa quando na graduação o estudante é colocado para pensar a cidade, os sujeitos, as dinâmicas sociais e as metodologias de projeto. Essa cidade é mais concreta do que o google maps pode mostrar e a função social do arquiteto e urbanista é maior que a elaboração tecnicista e verticalizada de projetos acabados. O EMAU, portanto, propõe o desenvolvimento de uma arquitetura viva, vivenciada de forma processual pelo graduando, a população, o/os profissional técnico etc. Como escreveu Paulo Freire (1968):

"A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, essas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo". (FREIRE, 1968, P. 42)

Assim, para que o acesso à Arquitetura e Urbanismo seja popular, a teoria e prática precisam caminhar juntas na formação de estudantes e profissionais comprometidos com a atuação política e social. O EMAU, além de reivindicar e fortalecer esse compromisso, coloca como tarefa, para a comunidade acadêmica e demais sujeitos envolvidos, o exercício prático e a reflexão política da assessoria técnica como práxis transformadora da arquitetura e urbanismo.

2.3 O papel da Universidade na construção da assessoria técnica

A concepção de universidade brasileira é bastante recente. Até o início do século XX o ensino superior era desenvolvido através de Faculdades Isoladas de especialidades específicas e voltadas para a formação dos filhos da elite (NOVAES e FONSECA, 2020). É só no século XX que a criação de universidades vem se firmar no Brasil, e apenas na sua segunda metade que o tripé "ensino, pesquisa e extensão" passa a ser elaborado e vem a se

consolidar. Nesse sentido, as formulações sobre o papel social da universidade são, também, novas no país, apesar de acúmulos de teóricos importantes da educação brasileira como Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes e Paulo Freire. É preciso, portanto, que as elaborações e experiências existentes, inclusive de outros países como os irmãos latino-americanos, sirvam de exemplo e inspiração para a efetivação do papel social das universidades brasileiras.

Nessa perspectiva, é fundamental que os cursos de Arquitetura e Urbanismo reflitam qual a sua tarefa na concretização da função social da universidade pública, e falar sobre o processo de produção das cidades é o eixo central da reflexão. É preciso aliar o conhecimento e a prática acadêmica às necessidades imediatas dos territórios socialmente excluídos e estimular formas de organização coletiva que façam brotar esperança para os vulnerabilizados e excluídos pela transformação dessa realidade. Assim, a experiência urbana, a partir da construção de ações que, mesmo limitadas, promovam alterações no cotidiano de determinado grupo social pode nos aproximar da práxis transformadora (D'OTAVIANO e ROVATTI, 2019).

Acreditamos que num campo como a Arquitetura e Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional o encontro da Pesquisa e da Extensão nos aproxima de algumas possibilidades de avançar: 1. Aproximação entre a Universidade e a Sociedade por meio da prática como resultante de um conhecimento científico traduzido no plano do senso-comum. Trata-se de fazermos um caminho de volta a este plano, mas agora munidos de técnicas e possibilidades de atuação em múltiplas escalas da vida cotidiana; 2. Aprimoramento das metodologias com ênfase àquelas que nos permitem experienciar o espaço e tocar os sujeitos a ponto de promover mudanças. (D'OTAVIANO e ROVATTI, 2019, P. 196)

Como disse Florestan Fernandes (1989), "Ou os estudantes

se identificam com o destino do seu povo, com ele sofrendo a mesma luta, ou se dissociam do seu povo, e nesse caso, serão aliados daqueles que exploram o povo." O caminhar da produção de conhecimento junto a transformação da realidade brasileira é fundamental na construção de um outro projeto de sociedade, e a luta urbana compete diretamente aos estudantes, professores e profissionais técnicos da Arquitetura e Urbanismo. Nesse sentido, associar a formação acadêmica e profissional ao desenvolvimento de assessoria técnica junto às comunidades é fundamental. Para além disso, quando a revolução educacional no desenvolvimento da práxis transformadora for realidade, estaremos mais próximos de cidades socialmente e territorialmente justas.

Aqui, para enfatizar a assessoria técnica como instrumento que deve ser melhor assimilado dentro dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, destaca-se, o inciso 03, do artigo 4º da Lei Federal 11.888/2008, os serviços de assistência técnica podem ser prestados por "profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em Arquitetura, Urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária por meio de escritórios modelos ou escritórios públicos com atuação na área." Tal fato reconhece legalmente a capacidade dos cursos de graduação e pós-graduação em arquitetura na construção de assessoria técnica. Nessa direção, é importante destacar que ao contrário dos estudantes de graduação que carecem de maior orientação e da responsabilização técnica do professor pelos projetos, na extensão da pós-graduação os estudantes são profissionais formados, portanto com mais possibilidades técnicas de atuação. Assim, é importante repetir que os programas de extensão precisam de maiores incentivos, tanto na forma de investimentos financeiros, quanto da regulamentação de dispositivos essenciais para a profissão e para a assessoria técnica, como a Residência Acadêmica em Arquitetura e Urbanismo.

Por fim, reitera-se que a educação precisa caminhar junto da construção de uma sociedade livre e soberana. Esse processo perpassa a realidade material e subjetiva da vida dos e das trabalhadoras que, ao longo da história, tiveram seus direitos negados, dentre eles o acesso ao solo urbano, a infraestrutura e equipamentos coletivos. Assim, com as palavras de D’Otaviano e Rovatti (2019),

"na Pesquisa, no Ensino e também na Extensão Universitária o grande desafio será, sem dúvida, construir um processo participativo, pois é por meio dele que chegaremos a projetos e intervenções mais próximas da escala da vida cotidiana." (D’OTAVIANO e ROVATTI, 2019, P. 196)

Para construir uma participação efetiva a extensão universitária deve se colocar em diálogo com os sujeitos e territórios, com foco não só no produto, mas, sobretudo, no processo de educação popular. Mais do que nunca, a assessoria técnica construída através da universidade precisa tornar-se um princípio político e método organizativo de transformação sócio-territorial.

Mostra EMAU



No palco, na praça, no circo, num banco de jardim
Correndo no escuro, pichado no muro
Você vai saber de mim
Mambembe, cigano
Debaixo da ponte, cantando
Por baixo da terra, cantando
Na boca do povo, cantando

Mendigo, malandro, moleque, molambo, bem ou mal
Escravo fugido ou louco varrido
Vou fazer meu festival
Mambembe, cigano
Debaixo da ponte, cantando
Por baixo da terra, cantando
Na boca do povo, cantando

Poeta, palhaço, pirata, corisco, errante judeu
Dormindo na estrada, não é nada, não é nada
E esse mundo é todo meu
Mambembe, cigano
Debaixo da ponte, cantando
Por baixo da terra, cantando
Na boca do povo, cantando

(Chico Buarque, 1972 - Mambembe)

3. Mostra EMAU: Caracterização dos EMAUs no Nordeste

Nos encontros e seminários de Arquitetura e Urbanismo, a Mostra EMAU é um momento de apresentação e partilha entre os estudantes e os escritórios modelos. Para os EMAUs, é o coração da programação, pois é nesse momento que se constroem as trocas, alinhamentos e reconhecimento sobre a atuação dos escritórios em nível nacional. Assim, este capítulo de mesmo nome, tem como objetivo sistematizar experiências de atuação de alguns EMAUs e refletir sobre sua contribuição e desafios. O texto é composto pela caracterização dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo do Nordeste a partir de três casos: Canto UFC, o Maré UFRN e o Trapiche UFS (Quadro 03). Para a escolha, considerou-se a representação geográfica a partir da subdivisão regional utilizada pela FENEA⁴ e se o EMAU se encontra ativo e atuante.

Quadro 02: Estudos de caso - EMAUs.

EMAU	UNIVERSIDADE / CIDADE	Fundação	Mini Regional
Canto	UFC - Fortaleza	2009	Mini 01
Maré	UFRN - Natal	2015 / 2018	Mini 02
Carranca	UFS - Laranjeiras	2014	Mini 03

Fonte: Autoria própria, 2021.

Para tanto, é feito uma análise individual desses EMAUs com base em três variáveis: 1) a organicidade, 2) a articulação e

⁴ A Regional Nordeste da FENEA se organiza a partir de 3 mini regionais: Mini 01, composta por Maranhão, Piauí e Ceará; Mini 02, Composta por Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco e Mini 03, Alagoas, Sergipe e Bahia. A subdivisão objetiva qualificar o acompanhamento pela diretoria e fortalecer a articulação das bases.

movimento e 3) o perfil de atuação. A definição desses indicadores foi inspirada na metodologia utilizada por BUSKO (2012) que, em seu trabalho, analisa as assessorias com base em três temas: relações internas, Trabalho e Movimento. Desse modo, considerando as especificidades do escritório modelo, optou-se por dar destaque ao método de organização interna (organicidade), às relações institucionais com a extensão universitária, assessorias profissionais e movimentos sociais (Articulação e movimento) e caracterizar o trabalho desenvolvido (Perfil da atuação). Por fim, é apresentado um projeto, escolhido pelo EMAU para ilustrar sua produção.

Para a coleta de dados e análise das informações foi realizada uma entrevista, semiestruturada a partir desses indicadores, no formato de formulário acompanhado - onde a pesquisadora, assessorou os EMAUs no preenchimento das respostas em reuniões virtuais via google meet. Além das respostas às questões do formulário, foi solicitado o compartilhamento de arquivos que pudessem contribuir com a sistematização.

Por último, na sessão "Algumas reflexões," os dados obtidos são cruzados e interpretados a fim de contribuir não só em dar visibilidade a importante atuação dos EMAUs, mas também de apontar reflexões que possam ser aprofundadas na experiência prática dos escritórios e em investigações posteriores.

3.1 Canto EMAU UFC

Canto Emau, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE
Entrevista realizada em 13 de agosto de 2021

De iniciativa estudantil, o EMAU começa a ganhar forma na Universidade Federal do Ceará quando um grupo de estudantes entra em contato com o projeto e as experiências existentes através de um Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo⁵. Em seguida, interessados em conhecer a iniciativa, o grupo participa do Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (SENEMAU), daí em diante, os estudantes começam a articulação institucional para desenvolver o projeto na UFC. Assim, sua formação se consolida em 2009, quando depois de muita discussão entre os estudantes e professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, o EMAU é institucionalizado como projeto de extensão **“Canto - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo”**.

Os estudantes que constroem o escritório, atualmente, não conviveram com os primeiros membros, uma vez que a duração da graduação acaba pautando os ciclos de renovação do EMAU. Nesse sentido, há poucos registros das ações iniciais do escritório e desafios organizacionais, exceto as informações passadas de boca a boca. Por conseguinte, as informações levantadas nesta pesquisa retratam, em geral, o período mais recente.

O Canto encontra-se ativo e é composto por 34 membros, em sua maioria estudantes de Arquitetura e Urbanismo, mas o escritório também possui 2 membros de outras áreas, 1 estudante de História e outro de Engenharia de Energias Renováveis. Além disso, o professor orientador, apesar da sobreposição de tarefas frente a supervisão técnica e o vínculo com a extensão universitária, é entendido em estatuto como um membro do escritório, com os mesmos poderes de decisão e de participação dos alunos, a fim de preservar o princípio da horizontalidade.

O Canto encontra-se em processo de revisão estatutária. Desde os reajustes orgânicos até a renovação dos princípios e objetivos, dos quais enfatizam a crença no projeto participativo, a reivindicação da ATHIS, a luta pelo direito à moradia e a cidade e a extensão como comunicação na atuação sócio-política do estudante de Arquitetura e Urbanismo.

Organicidade

O método de entrada de novos membros no Canto é “aberto”, Os estudantes interessados podem se aproximar e se inserir nas reuniões e grupos de trabalho de maneira espontânea. Contudo, o escritório desenvolve atividades específicas para o acolhimento desses que estão chegando, a principal delas é a **“Afinação”** onde o ingresso dos novos membros é formalizado a partir de um processo formativo em torno do que é o escritório modelo e como ele funciona. Além disso, outro momento importante é a **“Imersão”**, que acontece semestralmente para balanço, avaliação e planejamento, com a redistribuição de tarefas. Vale destacar que apesar de não haver processo seletivo para o ingresso no Canto, os estudantes bolsistas são indicados por votação através das reuniões gerais do escritório, considerando o compromisso, responsabilidade e atuação do estudante.

A estrutura de trabalho do Canto se divide em dois eixos: Funções e Grupos de Trabalho (GTs). Os GTs se referem às demandas de trabalho específicas e temporárias, ou seja, são formados de acordo com cada iniciativa que o EMAU propõe construir e se desenvolve com o andamento do projeto e sua duração, é possível que o GT se divida em sub-grupos para operacionalizar o trabalho, como documentação, formação e articulação.

As “Funções” são 4 núcleos de organização interna com atribuições específicas:

1. Comunicação: é responsável pela elaboração, publicação e divulgação das ações do escritório, principalmente nas redes sociais;

2. Infraestrutura: responsável pelo patrimônio do escritório, a saber a salinha do Canto, a movimentação financeira, o drive físico (arquivo de documentação digital) etc;

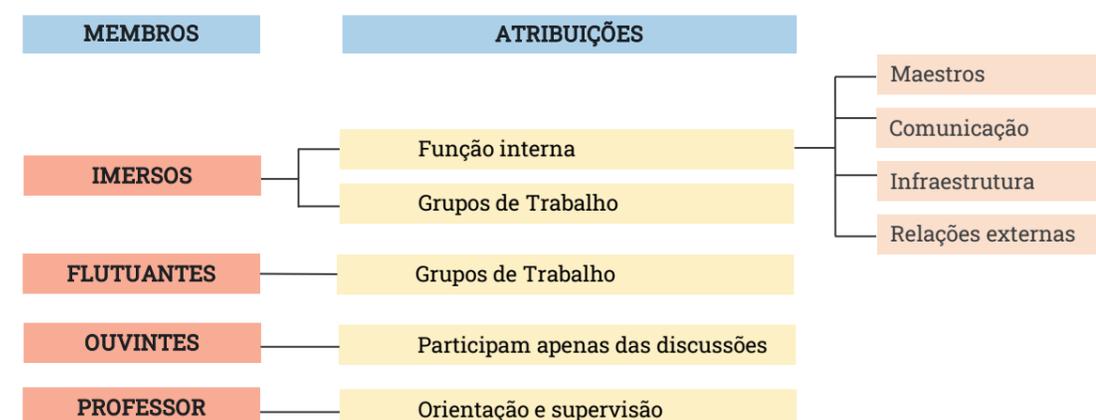
3. Relações externas: têm a competência de articulação institucional com a universidade, a FENEA e outras organizações e entidades. Portanto, também se encarrega de acompanhar os emails, receber demandas, certificação entre outros;

4. Maestros: Responsáveis pela relatoria, manutenção e organização geral de documentos, atas, canais de comunicação e drivers. Também compete aos mestros a elaboração das metodologias de reuniões gerais e de eventos como a Imersão e a Afinação.

Nesse sentido, dentro do escritório existem três perfis de membros: **1) Os ouvintes**, que acompanham as discussões, mas não cumprem tarefa nos GTs, tão pouco nas funções internas; **2) Os Flutuantes**, os que estão em grupos de trabalho mas não ocupam função interna; **3) Os imersos**, que estão em uma ou mais função interna e podem também estar nos GTs, a exemplo dos estudantes bolsistas que são obrigatoriamente membros imersos. Dos 34 membros que constroem o Canto, atualmente, 21 são flutuantes e 20 são imersos, 7 deles bolsistas (Figura 03).

Vale destacar que o Canto é aberto à sociedade e busca envolver outros setores e organizações sociais não só a partir do vínculo direto com as demandas e assessorias, mas também no processo de construção, desenvolvimento e formulação dos projetos.

Figura 03: Esquema do modelo orgânico do EMAU Canto



Fonte: Autoria própria, 2021.

Articulação e Movimento

Em 2019 o Canto participou do Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste e atualmente, constrói algumas iniciativas de articulação, como a Frente de apoio aos Moradores do Campus do Pici (FAMCPICI) e a articulação da FENEA entre os EMAUs do Nordeste. Contudo, segundo eles, ainda há dificuldades no sentido de estabelecer relações mais continuadas, ou de posicionar o EMAU mais ativamente dentro dessas articulações e redes de atuação, sobretudo, porque o perfil dos estudantes que compõem o EMAU é de jovens, no início do curso e com pouca ou nenhuma vivência de atuação antes da pandemia e isolamento social. Tal fato, respalda a importância do sistema de transição e renovação de membros estar coeso com os processos em andamento para que não se percam.

Em geral, a articulação do escritório com entidades, associações e movimentos sociais se dá a partir das demandas de trabalho que chegam para o EMAU e se diluem com a conclusão do GT. Ressalta-se que é fundamental que os GTs tenham uma articulação ativa com os grupos assessorados para que as atividades se mantenham em funcionamento, no entanto, seja pela falta de coletividade entre as comunidades, seja porque o

vínculo do canto com o projeto a partir de terceiros, há poucos saltos organizativos ou de assessoria continuada com um mesmo coletivo.

Todavia, vale salientar a atuação do Canto junto a outros grupos voltados para atuação social e assessoria popular como a extensão em Assessoria Jurídica Popular da UFC (AJUP) e a Taramela ATAC (Grupo de Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade). Assim, é fato que existe uma diversificada relação do Canto com outras organizações e movimentos, mas que fortalecer esses vínculos é um desafio importante para avançar na contribuição das assessorias com as comunidades, bem como, com o processo formativo para os sujeitos envolvidos.

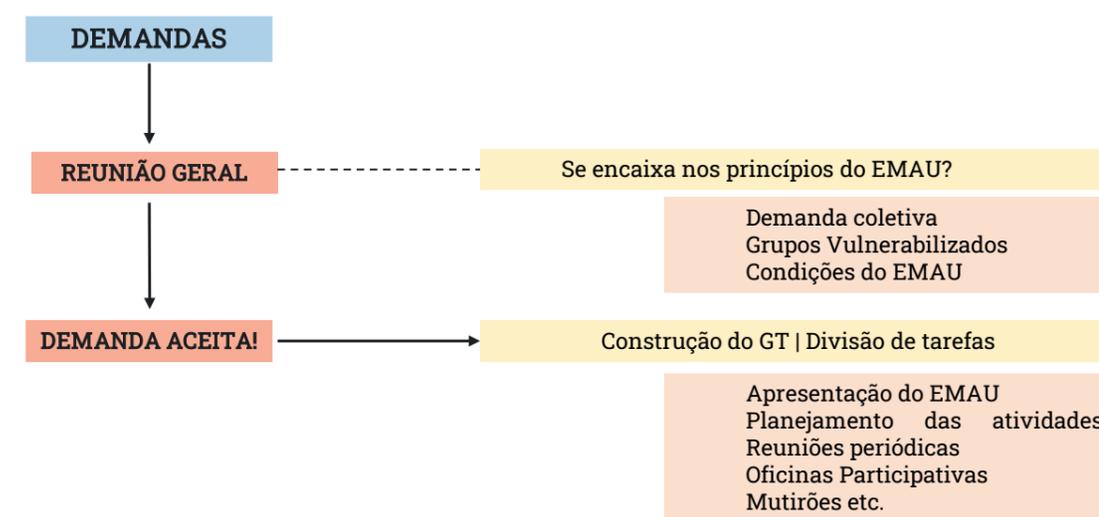
Perfil de Atuação

O trabalho do Canto se divide, atualmente, em três perfis: 1) Regularização fundiária, 2) projeto de Arquitetura e Urbanismo para equipamentos comunitários, inclusive dentro da universidade e 3) Planos Urbanísticos. Essas categorias não fazem parte de uma estrutura de trabalho sistemática pré definida, na verdade, são uma expressão da forma dinâmica como as demandas pela assessoria chegam ao escritório. Assim, é possível que os perfis se sobreponham em um mesmo projeto, bem como novos tipos surjam com o tempo, considerando, de todo modo, os objetivos e princípios do escritório modelo.

O contato inicial com as comunidades ocorre como consequência do recebimento das demandas, que chegam através de professores, redes sociais ou indicação de grupos que atuam em rede, a partir disso o Canto discute em reunião geral e avalia se a necessidade se encaixa dentro dos princípios do escritório, bem como, se tem capacidade de conduzi-la. Nesse sentido, é formado o grupo de trabalho que conduzirá a articulação ativa com os grupos assessorados e o desenvolvimento das atividades, vi-

sitas e metodologias participativas. Vale destacar que uma vez que o contato é estabelecido com a comunidade, o Canto faz uma apresentação ao grupo assessorado, tanto para enfatizar os objetivos de sua atuação e método de trabalho, quanto para posicionar suas limitações técnicas e de recursos financeiros. A figura 04 mostra o organograma do recebimento de demandas pelo EMAU.

Figura 04: Organograma: recebimento de demandas.



Fonte: Autoria própria, 2021.

Na elaboração de projetos, o EMAU tem como objetivo a construção de processos participativos. Assim, todas as etapas, em projetos de arquitetura ou de urbanismo, devem ser pensadas e construídas coletivamente entre os membros do EMAU e a comunidade assessorada. É fato que existem limitações para a efetivação da participação popular plena, sobretudo quando o nível de organização é pequeno ou inexistente. Contudo, a construção de oficinas interativas com maquetes, desenhos sobre plantas, mapas afetivos, rodas de conversa e até construção em mutirão fazem parte das técnicas utilizadas pelo grupo a fim de

protagonizar a participação e o processo coletivo de transformação do espaço.

Por fim, importa destacar que a dificuldade de estabelecer relações mais continuadas entre o EMAU e a comunidade assessorada, é um desafio que foi agudizado com a crise sanitária, visto o isolamento social e as atividades acadêmicas adaptadas ao ensino remoto, deste feito, os GTs que estavam em andamento perderam ou diminuíram o ritmo e contato com os grupos. Por outro lado, outras demandas surgiram com caráter mais emergencial e puderam ser atendidas, como o GT dos pontos de higienização.

Ademais, é possível identificar a variação do perfil de atuação a partir dos exemplos de projetos desenvolvidos pelo escritório (Quadro 04). Bem como a parceria com diferentes grupos, não só de caráter popular, mas também consolidados na esfera institucional, com maiores condições de infraestrutura e recursos, a saber, o SESC e a Defensoria pública.

Quadro 04: Grupos de trabalho desenvolvidos pelo Canto UFC.

PROJETO	LOCAL	PARCEIROS
GT de Regularização fundiária no Presidente Vargas	Bairro Parque Presidente Vargas, em Fortaleza-CE	Defensoria Pública do Estado do Ceará - DPE CE TARAMELA ATAC - assessoria técnica
GT de contraproposta de remoção do Beco da Galinha	Comunidade Verdes Mares, Fortaleza-CE	TARAMELA ATAC - assessoria técnica
GT de reforma da Associação Santo Dias	Bairro Ancuri, Fortaleza-CE	Associação Santo DIAS
GT de projeto de pontos de higienização para a população em situação de rua	Praça do Ferreira, Fortaleza-CE	SESC Movimento Nacional do Povo de Rua - MNPR Pastoral do Povo da Rua
GT de acompanhamento dos Moradores do Campus do Pici	Bairro Pici, Fortaleza-CE	Defensoria Pública da União - DPU FAMCPICI - Frente de apoio aos Moradores do Campus do Pici

Fonte: Autoria própria, 2021.

Um Projeto

Ficha técnica:

Projeto: GT Regularização fundiária do Presidente Vargas

Localização: Bairro Parque Presidente Vargas, Fortaleza-CE

Parceria: DPE-CE, TARAMELA ATAC e a Associação de Moradores

Duração: 10/2018 a 11/2019 (foi interrompido pela pandemia)

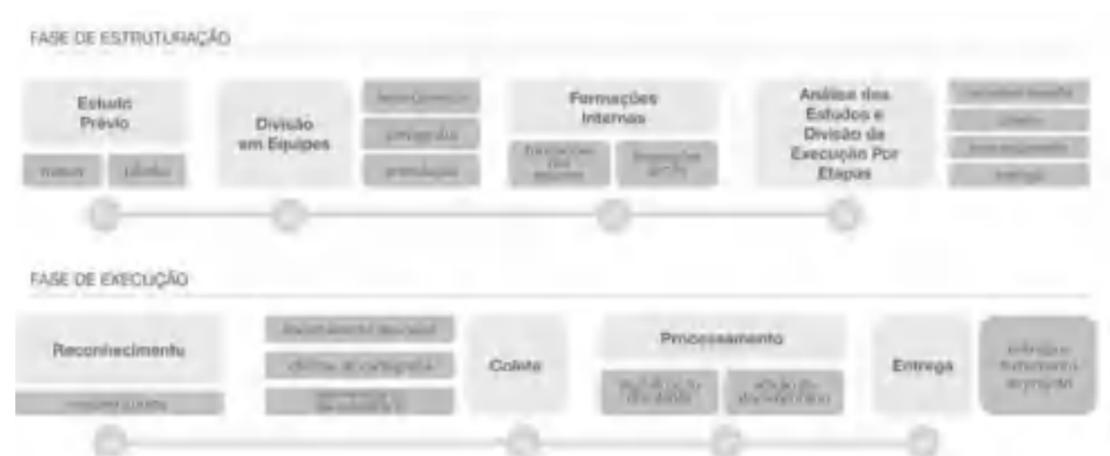
O projeto indicado pelo Canto para ilustrar sua atuação foi o **GT de Regularização Fundiária do Presidente Vargas**, desenvolvido por meio do termo de cooperação técnica entre a Defensoria Pública do Estado do Ceará, a UFC e a Taramela ATAC e em parceria com a Associação de Moradores do Presidente Vargas.

O Presidente Vargas é localizado na periferia da cidade Fortaleza e nasceu na década de 1960 a partir de um loteamento irregular, quando algumas famílias se estabeleceram nos lotes sem conseguir a documentação da propriedade que haviam comprado. Passados mais de 40 anos, os herdeiros do antigo proprietário, interessados na posse do terreno, começam a ameaçar as famílias de remoção. Nesse sentido, a DPE CE e Ouvidoria iniciaram um processo de usucapião junto a 95 famílias, e o desafio do Canto foi realizar o levantamento dessas 95 casas, produzir a planta baixa georreferenciada e o memorial descritivo dos imóveis, com o objetivo de fomentar o andamento do processo jurídico.

Assim, a demanda chega para o EMAU por meio do contato com a DPE que já atuava com a comunidade a partir do projeto "Defensoria em Movimento". Para que o trabalho fosse desenvolvido, a construção e organização do GT demandou reuniões preparatórias, grupos de estudo e espaços de formação. Avaliou-se, também, a necessidade de ampliar as discussões sociais e históricas sobre o território junto aos moradores, a fim de construir uma caracterização da comunidade que não fosse meramente técnica, mas que pudesse contar a história das famílias nesses

40 anos. Nesse sentido, foi incorporado aos produtos do projeto a construção da Cartografia Social e um Documentário com relatos dos moradores e da própria defensoria pública. Assim, o atendimento à demanda se deu em duas fases que, conforme o esquema de procedimentos metodológicos abaixo (figura 05), o Canto chamou de fase de estruturação e fase de execução.

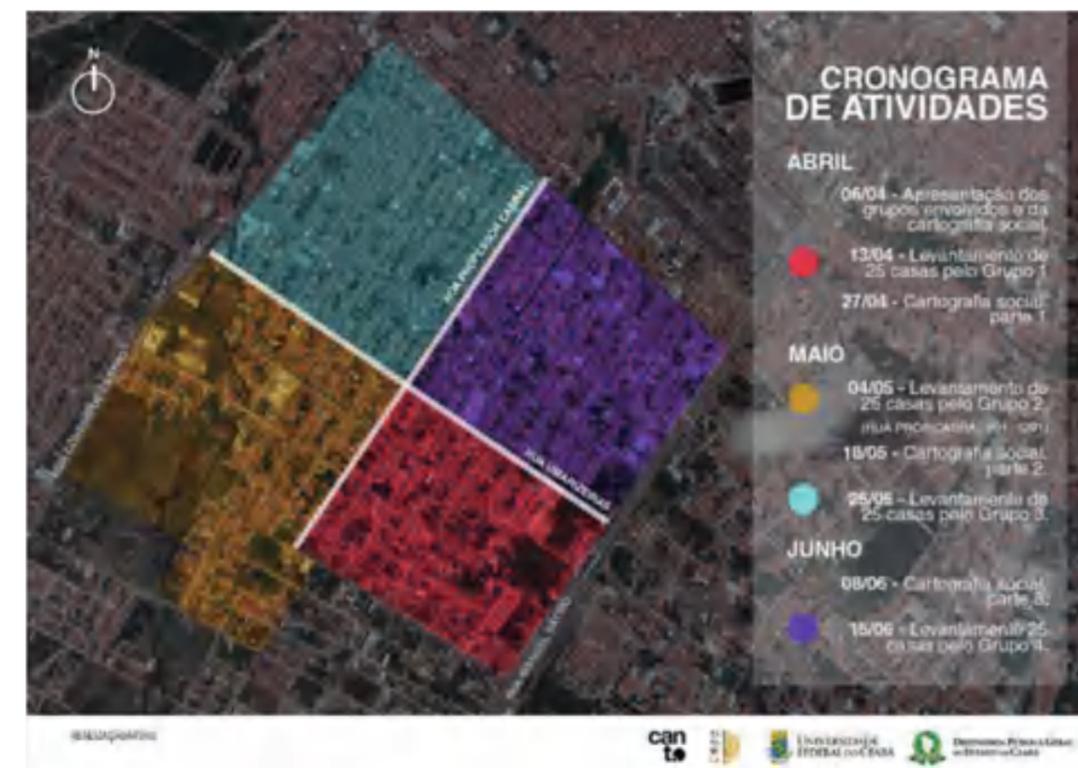
Figura 05: Esquema das fases de trabalho.



Fonte: Acervo Canto, 2020.

A experiência com regularização fundiária é de grande importância no campo da assessoria técnica e no trabalho dos EMAUs, portanto um dos objetivos do Canto foi garantir a sistematização de todo o processo, de modo que a metodologia do GT inspire e/ou se aplique a outras comunidades. Assim, dado os objetivos e o plano de trabalho coletivo, a organização do GT se deu a partir da divisão em quatro subgrupos: Articulação, Cartografia Social, Documentário e Levantamento. Além disso, foi elaborado um cronograma de atividades específico, conforme a figura 06.

Figura 06: Setorização e cronograma de atividades no bairro



Fonte: Google earth elaborado pelo Canto, 2019.

Na comunidade, o principal contato foi a líder comunitária “Dona Lúcia”, a partir dela articulou-se um primeiro encontro ampliado, para a apresentação do trabalho, e os encontros intermediários durante o desenvolvimento. No processo do **levantamento**, pela dimensão do território, o GT envolveu quase todos os membros do escritório, sobretudo nas idas a campo para medição e cadastro das casas e na digitalização desses registros. O loteamento foi dividido em quatro áreas, para agilizar o levantamento das 90 casas, sendo cada área uma etapa da catalogação. Contudo, foi estabelecido um número de 5 a 7 casas por trio a serem medidas a cada visita o que se mostrou inexecutável, visto o tempo de deslocamento entre os lotes e o método manual de medição.

[...] ficou evidente que o número de residências era muito elevado e que a quantidade

de membros do escritório disponíveis para a realização dessa atividade era insuficiente para o término no mesmo ano. Desse modo, como resposta, firmou-se nesse estágio a parceria com a **Consultec Jr, empresa júnior da UFC** citada anteriormente, para a realização em conjunto, de dois dias intensivos de levantamentos. Assim, com a redistribuição das casas a serem visitadas, e com o apoio da Consultec, as medições restantes foram realizadas. (SILVA, GUIMARÃES E ROCHA, 2020: p. 11)

Figura 07: Atividades realizadas em campo (levantamentos e cartografia social).



Fonte: Acervo Canto, 2019.

A partir da sistematização dos registros e digitalização dos desenhos, identificou-se a perda e ausência de alguns dados como pranchetas das medições e informações dos vizinhos que muitas vezes não foi coletado porque o morador não sabia o nome de seus confinantes (fundos e laterais) ou por não existir uma relação amigável entre eles, de modo que foi necessário a revisita para coleta das informações pendentes. Para isso, o escritório construiu uma ficha a ser preenchida pelo próprio morador e reforçou a importância desse dado através do diálogo e de uma cartilha pedagógica (Figura 08). Por fim, foi iniciado o processo de mutirão para a elaboração de cada memorial descritivo e planta baixa.

Vale destacar que uma preocupação do EMAU foi como garantir a RRT nas pranchas técnicas sem custos às famílias. Assim, foi feito um pedido de RRT coletivo no CAU, que servisse a todas as casas a serem loteadas, um professor assinou as pranchas e a DPE fez o pagamento da única taxa emitida.

Figura 08: Cartilha Informativa sobre usucapião e direito à cidade entregue à comunidade.



Fonte: Acervo Canto, 2019.

No início da elaboração da **cartografia** houve pouca adesão da comunidade, por isso as oficinas foram adiadas para que o processo de divulgação e convencimento junto a população fosse reforçado durante as visitas do levantamento. Posto isto, a centralidade da construção coletiva para contribuir com o processo jurídico foi colocada, bem como o papel da população como contadores da própria história. Assim, acompanhados pelo Taramela ATAC, foi construída quatro oficinas cartográficas com objetivos específicos: a primeira, buscou estabelecer vínculos com a comunidade, a segunda procurou elaborar o diagnóstico do bairro, a terceira oficina elaborou a legenda que seria utilizada no mapa a partir do debate da matriz FOFA (Forças, Potencialidades, Fraquezas e Ameaças) e por fim, no último encontro com a participação de duas líderes comunitárias de outra

região que abordaram a discussão sobre participação popular e resistência política, se construiu a hierarquia dos pontos mencionados pelos moradores. O processamento das informações coletadas resultou em um mapa final que retrata as relações e afetos do povo com o bairro.

A construção do **documentário** se deu de forma paralela aos levantamentos e oficinas cartográficas. De modo que foram realizadas entrevistas gravadas onde os residentes do bairro contaram suas histórias de luta e afeição com o território, a fim de registrar e denunciar o que estava acontecendo no Presidente Vargas. Desse feito, a edição audiovisual visou sensibilizar o espectador em relação a importância daquele espaço para os habitantes, por meio da narrativa sequenciada das entrevistas e da trilha sonora escolhida.

A entrega dos produtos finais se deu em um encontro com a presença de todos os grupos envolvidos. Foi realizada a apresentação integral da cartografia social, a exposição do documentário e a entrega das 90 plantas baixas e memoriais descritivos. Além disso, o resultado da cartografia foi anexado individualmente a cada ação jurídica.

A duração desse projeto foi de 18 meses e sua continuidade foi interrompida pela pandemia da COVID-19, o que prejudicou a articulação continuada com a comunidade e a avaliação final do processo. Contudo, foi uma experiência de grande importância para o Canto considerando desde o leque de articulações que foi aberta ou aprofundada, a aproximação de novos membros a partir do GT e, sobretudo, a contribuição formativa que o desafio de trabalhar com regularização fundiária e 90 famílias proporcionou. Importa destacar que a preocupação com a formação foi transversal a todas as etapas do projeto, seja quando o EMAU formou grupos de estudo para compreender a demanda e organizar o GT, seja quando precisaram estudar a metodologia da cartografia social sob tutoria do LABOCART ou fazer o nivela-

mento da equipe na utilização de ferramentas gráficas para a digitalização do levantamento.

É fato que a atuação com o Presidente Vargas, contribuiu para ampliar o vocabulário de discussão sobre os conflitos e o acesso ao solo urbano de forma técnica e teórica. A partir dessa vivência é possível sistematizar sobre a contribuição social da Arquitetura e Urbanismo, a interdisciplinaridade da assessoria técnica e a importância da extensão universitária para se colocar em diálogo com a sociedade. Nesse sentido, destacamos algumas questões importantes:

1. O desafio da organização interna, frente ao princípio da gestão estudantil e dos diferentes níveis de organicidade e conhecimento técnico entre os estudantes membros do EMAU.
2. A responsabilidade técnica frente a dimensão do projeto, instiga a reflexão sobre: 1) o lugar do professor, 2) a relação do EMAU com coletivos profissionais, inclusive de outras áreas.
3. A dificuldade de fortalecer, através da assessoria, a organização comunitária, visto o baixo envolvimento das famílias nos processos coletivos e por conseguinte, encerrar o GT sem se afastar da comunidade. De modo que apesar do foco nas metodologias e processos participativos a fim de uma assessoria plena, muitas ações têm um caráter mais assistencial para responder a demandas imediatas.

Nesse caminho, uso aqui a palavra "sistematizar" não no sentido de narrar os processos, mas de construir de forma crítica para o aprofundamento sobre ele, pois experiência vivida em comunidade é coletiva.

3.2 Maré EMAU UFRN

Maré Emau, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
Natal- RN
Entrevista realizada em 08 de setembro de 2021

A gestação do Maré é datada de 2015, mas é só a partir de 2018, quando duas estudantes participam do SENEMAU SLZ 18, que o escritório começa de fato a ganhar forma. Na mesma época ocorreu uma disciplina de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) e os membros do escritório participaram. A disciplina foi de extrema importância para a consolidação do EMAU, sobretudo pela vivência e a viagem a Salvador, onde conheceram a Residência AU + E da UFBA, uma das comunidades assessoradas pelo programa e uma roda de conversa com o EMAU Curiar da UFBA. Assim, as experiências adquiridas na viagem foram fundamentais para impulsionar a consolidação do EMAU da UFRN que logo em seguida foi batizado de Maré.

Inicialmente, a intenção do EMAU era atuar sem vínculo com a universidade, a fim de garantir a autonomia estudantil. Contudo, observou-se a importância da institucionalização para a legitimidade da atuação, o acesso às bolsas e a supervisão e orientação técnica. Assim, primeiro o Maré é vinculado a um projeto de extensão existente no departamento e em seguida criam o próprio projeto de Extensão para o EMAU Maré.

Hoje o Maré é formado por 54 membros ativos, todos estudantes de Arquitetura e Urbanismo, sendo um deles da UFCG. O escritório é orientado pela professora Amíria Brasil, que participa das discussões e tomada de decisão junto aos estudantes. Além disso, apesar de compreender a importância da atuação multidisciplinar, o EMAU ainda não é aberto para a entrada de estudantes de outros cursos, sendo esta possibilidade uma expectativa para o futuro quando o escritório estiver melhor consolidado.

Organicidade

A entrada no Maré se dá a partir de um processo formativo de livre participação e sem seleção. As formações acontecem anualmente ou sempre que a equipe avaliar necessário e tem como objetivo apresentar o EMAU, o método de atuação e os princípios, a fim de estimular o envolvimento de novos membros. Apesar de não ser considerada uma seleção, é necessário que os estudantes participem de pelo menos 75% do encontro formativo para ser incorporado ao escritório. Visto a recente consolidação do Maré e a adversidade pandêmica, só dois processos de renovação aconteceram até agora, o primeiro em outubro de 2019 e o segundo, em agosto de 2021.

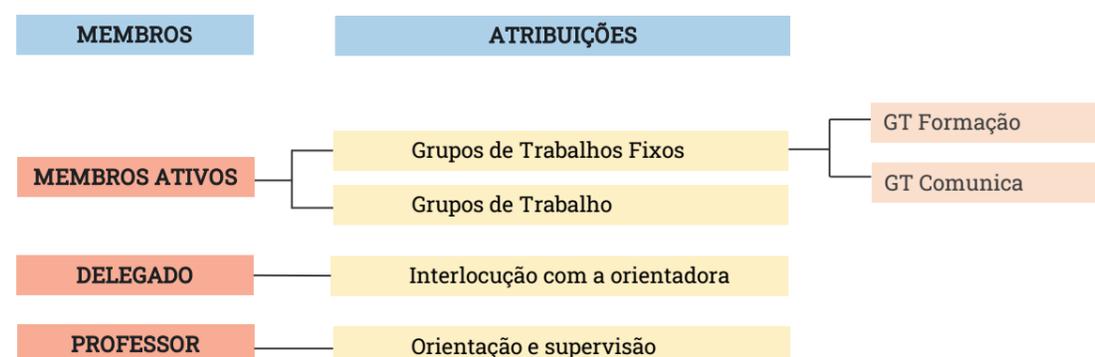
A gestão do escritório modelo é pautada na autonomia estudantil e horizontalidade, logo não há hierarquia entre os membros ou atribuições. Toda a estrutura organizativa do escritório se dá a partir de grupos de trabalho fixos ou temporários, de acordo com as demandas (Figura 09). Além disso, também existe o “delegado”, que tem a tarefa de interlocução entre os grupos de trabalho e a orientadora. Os GTs fixos são:

- 1. GT Forma:** é responsável pela preparação das atividades para o ingresso de novos membros, bem como pela formação interna e externa com a comunidade;
- 2. GT Comunica:** Tem a função da criação de conteúdo para as redes e mídias sociais, a comunicação interna e externa do Maré a fim de garantir que tudo o que é desenvolvido seja registrado e divulgado.

É importante que a equipe do escritório transite entre os GTs para diversificar a experiência, as ferramentas e estratégias de atuação que irão contribuir com sua formação profissional e incidência na construção das assessorias. Além disso, mesmo que o EMAU tenha como centralidade os estudantes de Arquitetura e Urbanismo, toda e qualquer contribuição é bem vinda, de

profissionais formados ou estudantes de outras áreas, apesar de não participarem da estrutura do EMAU, como citado anteriormente. A Figura 09 mostra o modelo orgânico do EMAU Maré.

Figura 09: Esquema do modelo orgânico do Maré.



Fonte: A autoria própria, 2021.

Articulação e Movimento

O Maré faz parte da articulação do Fórum Direito à Cidade UFRN, que surgiu em 2018, como projeto de Extensão, com o objetivo de construir discussões e ampliar a participação social popular na luta pelo Direito à Cidade. Além disso, a partir do GT de ATHIS, o Maré acompanha a Rede de Assessoria e Moradia. Também existe relação do escritório com os outros EMAUs, principalmente do Nordeste, a partir dos grupos de comunicação e organização. Contudo, sentem dificuldade de participar de redes de articulação de forma mais ativa, seja porque a centralidade do EMAU ainda é sua própria consolidação, seja pela fragilidade das próprias redes que, também, ainda estão na peleja de se consolidar.

Além do Fórum e a partir dele, o Maré tem proximidade com o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas) e o MNPR (Movimento Nacional da População de Rua), movimentos sociais que atuam nacionalmente pelo direito à moradia digna.

É comum que as demandas cheguem ao escritório a partir desses contatos, bem como pela indicação de terceiros, redes sociais ou pela própria professora orientadora.

No geral, o vínculo com os grupos assessorados se dá em função das demandas e trabalhos desenvolvidos e varia de acordo com o encerramento dos projetos. O diálogo entre o EMAU e a comunidade assessorada é fundamental para a garantia dos processos participativos, por isso é colocado com centralidade a organização dos GTs e a distribuição de tarefas entre os membros.

Perfil de Atuação

Todos os trabalhos desenvolvidos pelo Maré até o momento foram em parceria com outros grupos e podem ser divididos em três eixos: 1) Regularização fundiária, 2) Requalificação Urbana e 3) Conteúdos pedagógicos. Devido ao reconhecimento da responsabilidade técnica profissional, o escritório não elabora projetos sozinho, por isso busca sempre atuar de forma colaborativa. Nesse sentido, o principal objetivo do EMAU UFRN é aproximar as universidades das comunidades a partir da assessoria técnica gratuita e associada à formação profissional. Logo, espera-se que, com o passar do tempo, o perfil de sua atuação se amplie de forma diversa.

O primeiro contato com os grupos assessorados se dá, quase sempre, posterior ao recebimento dos serviços e, por conseguinte, os interlocutores funcionam como uma “ponte” entre o EMAU e a comunidade. Além disso, as demandas já chegam, basicamente, prontas e o desafio inicial do Maré é tentar compreender o contexto e os desafios em que a comunidade está inserida, para em seguida traçar estratégias para o desenvolvimento participativo do trabalho. Outro fator importante é o estabelecimento de vínculos e reconhecimento no território, por

isso, além das reuniões e atividades do projeto, o EMAU busca se inserir em atividades locais para ganhar confiança e legitimidade entre a população.

O desenvolvimento dos trabalhos do Maré tem como centralidade a construção de processos participativos, desde a organização interna do escritório até o caminhar com a população assessorada. Assim, todos os processos são pautados em metodologias participativas e mesmo que o acúmulo do EMAU seja recente, o Maré tem se esforçado no sentido de ampliar a apropriação coletiva do escritório em torno de métodos, técnicas e ferramentas pedagógicas que possibilitam a coparticipação dos sujeitos nos processos.

Mesmo com pouco tempo de atuação, o Maré já vivenciou práticas importantes com possibilidade de trocas não só com a comunidade assessorada, mas também com organizações, coletivos e profissionais diversos, como pode ser observado no quadro 05. Além disso, tem feito um exercício importante na sistematização de conteúdos pedagógicos sobre assistência técnica, política urbana, direito à cidade, metodologias de projeto etc, para dentro e para fora do escritório modelo, sobretudo a partir das redes sociais.

Quadro 05: Trabalhos desenvolvidos pelo Maré UFRN.

PROJETO	LOCAL	PARCEIROS
GT Passo da Pátria Requalificação da Praça da Maré	Comunidade Passo da Pátria, Natal/RN	InArte Curso de Ecologia
GT Casa e Terra	Conjunto dos Garis, Natal/RN	Escritório Planeje edital de ATHIS de 2019 do CAU/RN
Cartilha sobre o Coronavírus para Comunidades - Orientações e medidas de prevenção	--	--

Fonte: Autoria própria, 2021.

Um Projeto

Ficha técnica:

Projeto: GT Casa e Terra

Localização: Conjunto dos Garis, no bairro da Redinha, Natal - RN

Parceria: Escritório Planeje e o edital de ATHIS de 2019 do CAU/RN

Duração: 2019 a 2020

O **GT Casa e Terra** foi o trabalho indicado pelo Maré para ilustrar sua atuação e trata-se da regularização fundiária no Conjunto dos Garis, no Bairro da Redinha, em Natal - RN. O projeto foi desenvolvido pelo Escritório Planeje a partir do edital de ATHIS, do ano de 2019, do CAU/RN e o EMAU colaborou com a elaboração da cartografia básica, a partir do levantamento de 85 edificações.

A comunidade se insere na Redinha, bairro que pertence a Natal desde 1938 e é bastante conhecido pela tradição dos pescadores, rendeiras e blocos de carnaval. O Conjunto dos Garis surgiu na década de 1990, quando o Sindicato dos Empregados em Empresa de Asseio, Conservação, Higienização e Limpeza do RN adquiriu dois lotes para a construção de moradias para os seus associados. A construção do conjunto durou 2 anos, tendo como marco de conclusão a inauguração do conselho comunitário em 15 de novembro de 1995. Hoje, a morfologia do conjunto dos Garis, com traçado ortogonal, denota o planejamento em sua execução.

Para a construção da proposta de regularização fundiária, foi celebrado um termo de cooperação, que viabiliza o projeto de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (ATHIS), entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Norte – CAU/RN e a Secretaria Municipal de Habitação Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes (SEHARPE). O responsável pelo processo foi o arquiteto e urbanista Francisco Júnior, professor no curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACEX e

coordenador do escritório Planeje, que deveria executar a cartografia básica, cadastro físico e o projeto de regularização fundiária.

O Maré foi convidado a fazer parte da equipe de apoio técnico para execução do levantamento cadastral das edificações. Assim, construiu um GT com os estudantes interessados e passou a acompanhar o processo de planejamento do Casa e Terra. A partir disso, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

1. Reunião de planejamento: O primeiro encontro entre a equipe técnica, o CAU e a SEHARPE tiveram como objetivo construir a metodologia para a avaliação fundiária. A partir daí, foram articulados os atores estratégicos para que fossem inseridos no processo e no plano de trabalho.

2. Reunião preparatório com a comunidade: O segundo passo foi a reunião com a comunidade que aconteceu na sede do Conselho Comunitário, com a participação dos líderes locais e onde foi apresentada a metodologia e o formulário cadastral preliminar. Além disso, foi definido um grupo de apoio local para acompanhamento da equipe técnica.

3. 1ª Assembleia comunitária: O terceiro passo foi a construção da assembleia para divulgação do processo de regularização fundiária com os moradores. Na ocasião, a equipe socializou o planejamento para críticas e sugestões da população e a partir disso construíram os ajustes necessários para dar início ao levantamento.

4. Levantamento cadastral: Após a assembleia foram iniciadas as visitas in loco para a elaboração da cartografia. Para tanto, foi realizada a coleta de dados pla-

nialtimétricos, de dados georreferenciados com auxílio de um drone, dados socioeconômicos do território e o dimensionamento das edificações.

Todo o processo desenvolvido pelo MARÉ foi acompanhado por profissionais, inclusive as idas à campo que aconteciam semanalmente, quando as medições eram realizadas casa a casa. Ao mesmo tempo que acompanhava o EMAU, o arquiteto fazia o cadastro das famílias e o registro do perfil socioeconômico. Além disso, para o controle das unidades cadastradas, foram desenvolvidos dois adesivos (figura 10), um para identificar a edificação registrada e outro para os imóveis que se encontravam fechados, com espaço para registro de três visitas, caso na terceira visita não obtivesse sucesso a casa era registrada como “fechada”. Por fim, as informações coletadas foram digitalizadas e um banco de dados georreferenciados foi construído.

Figura 10: Adesivos de identificação cadastral.



Fonte: Francisco Junior, 2019

Além do levantamento quantitativo no que tange às dimensões das edificações e urbanidade da comunidade, a sistematização do diagnóstico deu centralidade às informações coletadas com a participação da comunidade. Dessa forma, foi constatada a necessidade de realizar as delimitações entre o Conjunto dos Garis e seu entorno e apoiados na revisão do Plano Diretor de

Natal, também foi indicada a inclusão dos Assentamentos como Área Especial de Interesse Social. O Conjunto, apesar de consolidado e com infraestrutura urbana compatível com seu adensamento, possui diversos problemas e ausências, como micro acessibilidade e disponibilidade de espaços coletivos. Assim, além do material previsto, foi entregue um produto extra, uma proposta de praça em um terreno vazio do loteamento.

Destaca-se que o tempo disponível para o desenvolvimento das atividades foi curto, visto a realidade do escritório e perfil variado dos extensionistas. Entretanto, a experiência foi de extrema importância para o envolvimento dos membros e para a reflexão sobre regularização fundiária, metodologias de cartografia social e o contato com a comunidade.

O projeto final foi elaborado pelo escritório Planeje e entregue à prefeitura em maio de 2020, a previsão era que todos os títulos fossem entregues até o final daquele ano. Dessa forma, o GT do EMAU foi encerrado. No entanto, o contato com a comunidade foi retomado, recentemente, para a elaboração do projeto de reforma do Conselho Comunitário.

Vale destacar que o Maré não realizou avaliação e sistematização do processo, de modo que o escritório, atualmente, tem poucos registros das metodologias utilizadas e dos acúmulos da experiência. Tal fato também se justifica em função da relação de prestação de serviços com o Escritório Planeje, de modo que o GT não era o responsável direto pelo conjunto do projeto. Nesse sentido, consideramos importantes algumas reflexões:

1. O desafio da sistematização e avaliação crítica dos processos como ferramenta para a apropriação e aprofundamento das técnicas, metodologias e ferramentas, bem como para narrar a história do escritório modelo;
2. Aprofundar a compreensão sobre a prestação de

serviços do EMAU junto a escritórios e assessorias profissionais, bem como a dependência dessa relação;

3. Refletir a partir da atuação dos EMAUs, a contribuição com as ferramentas e metodologias para a assessoria e assistência técnica.

Não há dúvidas da contribuição que esse tipo de vivência tem na formação dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo, bem como, na vida da comunidade.

3.3 Trapiche EMAU UFS

Trapiche Emau, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras - SE
Entrevista realizada em 27 de agosto de 2021

O Trapiche foi fundado em 18 de setembro de 2014, buscando se consolidar enquanto “Programa de Extensão Universitária” a fim de incentivar o envolvimento estudantil nas ações fora da universidade. Segundo ROCHA (2021) recebe esse nome para resgatar a história da cidade em que está abrigado e valorizar seu patrimônio material e imaterial. Assim, nasce o **“Trapiche - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFS,”** sob orientação do Prof. Dr. Fernando Antônio Santos de Souza e posteriormente do Prof. Dr. Márcio da Costa Pereira, que permanece até os dias de hoje como Orientador e Conselheiro Administrativo.

Desde então, o escritório desenvolveu diversos projetos em Laranjeiras, Aracaju e outras cidades do estado de Sergipe. Em 2015, a partir de um Termo de Cooperação Técnica entre a UFS e a Prefeitura de Laranjeiras, o Trapiche passa a atuar com assistência técnica junto a prefeitura e sob a supervisão da arquiteta do município, Paula Ceci Rios Callado. Por meio deste Termo, o EMAU obtém, naquele momento, melhores condições de atuação e permanência dos estudantes no escritório, visto a disponibilidade do campo de atuação e do estágio remunerado. Contudo, apesar da Cooperação continuar ativa, identifica-se atualmente conflitos de interesses entre as partes, sobretudo com as transições de gestão do governo municipal e, por conseguinte, as estratégias de atuação se moldarem a cada governo.

Desde 2018, a partir do reencontro com a FENEA, o Trapiche passa por uma sequência de ajustes internos, desde a reorganização dos membros até a reflexões e debates políticos sobre a forma que o EMAU deveria atuar. Tal debate resultou na revisão do Estatuto do Trapiche que foi concluído em 2020 e que dita

os princípios, valores e métodos que devem seguir. A saber, a horizontalidade na gestão do escritório e dos processos, a democratização do acesso aos serviços de Arquitetura e Urbanismo e extensão universitária popular.

Atualmente o escritório é formado por 16 membros, os “trapicheiros”, dentre eles o professor orientador, duas colaboradoras externas, que são egressas do curso de arquitetura e urbanismo da UFS e permanecem pelo interesse na área da assessoria, e um estudante de engenharia ambiental.

Organicidade

O método de ingresso de novos membros no trapiche, a partir do novo estatuto, é “aberto”, ou seja, não há seleção nem tempo de renovação definido. Para tanto, os membros “veteranos” organizam, sempre que necessário, atividades de formação e acolhimento para os estudantes que estiverem disponíveis e interessados em fazer parte do EMAU. Apesar disso, importa destacar que a cada semestre é feito um sistema de rodízio entre os membros do escritório para a indicação dos estudantes bolsistas.

A estrutura organizativa se dá a partir dos **GTs**, das **diretorias de organização interna**, que são três: 1) Administração, 2) Relações Públicas e 3) Gerenciamento de Projetos, e do **Conselho de Orientadores**, composto pelo conselheiro administrativo do EMAU - professor orientador permanente - e outros orientadores que contribuem em determinadas demandas, seja professor de Arquitetura e Urbanismo ou não (Figura 09). Faz-se necessário reconhecer que o conselheiro administrativo, se coloca para além de orientador, como um elo entre a autonomia estudantil e as demandas institucionais da extensão universitária, pois é o contato mais direto na construção de ações institucionalizadas. Nesse sentido, importa destacar o zelo para a manutenção des-

sa relação no avanço ao princípio da autonomia estudantil no desenvolvimento da extensão universitária.

Todos os membros, exceto orientadores esporádicos, têm o mesmo poder de voz e voto nas discussões, bem como a responsabilidade de participar das atividades, reuniões e assembleias. Além disso, todos os integrantes do EMAU devem fazer parte de pelo menos uma diretoria e um GT. No caso dos extensionistas bolsistas ou estagiários acabam desempenhando a função "extra" de dirigir os processos de organização do escritório e desempenho dos grupos de trabalho, tal função ainda não está bem delimitada no estatuto do Trapiche, uma vez que prevê o gerenciamento horizontal do trabalho. A Figura 11 mostra o modelo organizativo do Trapiche.

Figura 11: Esquema do modelo orgânico do trapiche.



Fonte: autoria própria, 2021.

Articulação e Movimento

A partir de 2018, com a reformulação do Trapiche, deu-se maior centralidade à participação do EMAU em redes de assessoria técnica e de articulação pelo direito à cidade. Hoje, o grupo participa, ativamente, da Rede Assessoria & Moradia (nacional), do Fórum de Assessoria Técnica Popular do Nordeste (regional) e do Fórum Popular da Vereadora Linda Brasil (local). Além dis-

so, faz parte da articulação entre os EMAUs do Brasil, onde, além de participar dos eventos como SENEMAU e Sofá, tem contribuído com a formação de novos escritórios modelos, a partir do acompanhamento e troca de experiências.

O vínculo com os movimentos sociais e organizações comunitárias se dá, no geral, de acordo com os processos de atuação. Dessa forma, é comum que o contato com alguns grupos se perca com o encerramento da assessoria. Atualmente, as parcerias mais consolidadas do trapiche são os movimentos de moradia, o MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto), o MTD (Movimento dos Trabalhadores por Direitos) e mais recentemente o MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas). Contudo, devido às diferentes formas de organização e atuação desses movimentos, bem como as condições objetivas de cada realidade, ainda há muita dificuldade na construção de assessorias mais duradouras. Ainda assim, nota-se que o processo de chegada de demandas é cíclico, na medida que um trabalho é desenvolvido ele acaba puxando outro e criando referência do EMAU entre os grupos assessorados.

Perfil de Atuação

O trabalho do Trapiche, atualmente, se divide em quatro áreas: 1) ATHIS, 2) atuação junto à comunidades tradicionais, 3) mediação de conflitos fundiários e 4) elaboração de planos e diagnósticos. Tais perfis podem variar e se sobrepor com o passar do tempo, uma vez que são um reflexo não só dos objetivos e princípios do EMAU, mas também das demandas que surgem das comunidades. Desse feito, ao longo da história, o escritório já vivenciou diversas experiências e métodos de atuação (Quadro 06).

Quadro 06: Grupos de trabalho desenvolvidos pelo Trapiche UFS.

PROJETO	LOCAL	PARCEIROS
GT Casas de Taipa	Umbaúba/SE	Associação de moradores
GT Ocupação João Mulungu	Aracaju/SE	MLB
GT Casa de Santo Nzo Banburucema	São Cristóvão/SE	
GT Ações Emergenciais: Lavatório, #UmaMãoLavaOutra	Aracaju/SE	Habitat Brasil

Fonte: autoria própria, 2021.

Assim, enquanto extensão universitária no desenvolvimento de assessoria técnica, o escritório busca adaptar as metodologias de acordo com a demanda e o perfil do grupo assessorado, a fim de garantir o máximo de envolvimento e participação dos sujeitos. Nesse sentido, destacam a importância de compreender a assessoria de forma dinâmica e protagonizar os processos à medida que o trabalho se desenvolve e as relações entre as partes tomam forma. A saber, o diálogo entre os grupos envolvidos ou surgimento de conflito de interesses, tanto com o grupo assessorado, quanto com empresas, prefeituras etc. Dessa forma, no início do GT, o escritório elabora um plano de trabalho, mas o resultado final será moldado no caminho a partir das decisões e revisões coletivas.

Importa destacar que as ações do Trapiche buscam associar teoria e prática para aprofundar o conhecimento no que tange a assessoria e educação popular. Logo, a vivência do grupo de extensão junto às comunidades é parte fundamental do processo formativo, por isso buscam utilizar técnicas e metodologias participativas como maquetes, mapeamento sensorial comunitário, rodas de conversa e mutirões. Além disso, algo muito presente em diversos GTs é a pesquisa, desde a fundamentação e estudo de viabilidade de projetos até para a elaboração de planos urbanísticos e de regularização fundiária. Tal fato respalda

a importância de trabalhar o ensino (e aprendizagem), pesquisa e extensão de forma associada.

Ainda assim, destaca-se a dificuldade no acompanhamento continuado das comunidades devido à fragilidade dos métodos de encerramento dos GTs, que muitas vezes se encerra antes da conclusão ou execução dos projetos. Outro fator é a rotatividade de membros do EMAU, sobretudo, dos responsáveis pela articulação, de modo que muitos contatos se perdem ou não conseguem ser restabelecidos. Por conseguinte, os processos de sistematização crítica e avaliação final do GT, normalmente, se restringem a equipe interna do escritório.

Atualmente, o Trapiche disputa uma proposta de Habitação de Interesse Social (HIS) para uma ocupação urbana em Aracaju e participa dos debates da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU - de Aracaju. Contudo, apesar do respaldo popular e da incidência em espaços coletivos, há muita resistência por parte dos órgãos e instâncias públicas em aceitar e executar as propostas do EMAU, seja pelos interesses políticos, seja por não enxergar a iniciativa estudantil com maturidade técnica. Nesse mesmo caminho, a captação de recursos a partir de editais e fundos de financiamento é, também, um desafio, visto a ausência de CNPJ ou de registro profissional da entidade. Dessa forma, a sustentação financeira dos projetos e do escritório estão a mercê da universidade e dos parceiros.

Um Projeto

Ficha técnica:

Trabalho: Estudo de Viabilidade Habitacional para a Ocupação João Mulungu

Localização: Centro de Aracaju -SE

Parceria: MLB - Movimento de luta nos Bairros Vilas e Favelas

Duração: 2020

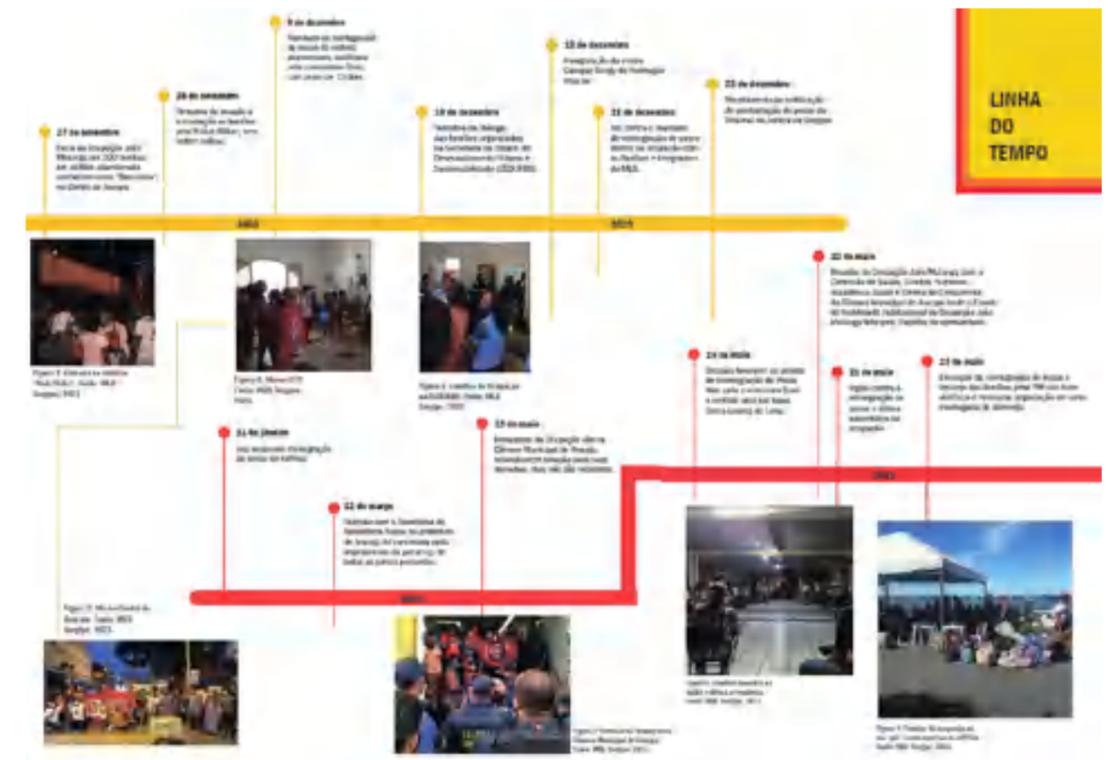
O trabalho que o Trapiche indicou para ilustrar sua atuação foi o **Estudo de Viabilidade Habitacional para a Ocupação João Mulungu**, desenvolvido em caráter emergencial no ano de 2020, para dar respaldo ao MLB sobre a viabilidade de uso e ocupação do Edifício Bela Vista, no Centro de Aracaju - SE. O material foi organizado em três partes: 1) contextualização das políticas habitacionais em Aracaju, 2) A luta por moradia e a Ocupação João Mulungu e 3) as propostas preliminares de ocupação do edifício a partir da viabilidade espacial, institucional e legal.

A Ocupação João Mulungu surgiu em 27 de novembro de 2020, quando mais de 100 famílias, dirigidas pelo MLB e motivadas pela falta de moradia própria ou renda para custear um aluguel, ocuparam o prédio Bela Vista, edifício privado e vazio há quase uma década por conta de dívidas com IPTU. Após consecutivas tentativas de desapropriação, o Trapiche se colocou junto ao movimento para assessorar tecnicamente a instalação das famílias nos espaços da edificação. Contudo, pela própria relação de segurança do movimento, houve pouca abertura para que o EMAU se inserisse nessa etapa inicial. Nesse sentido, o escritório passou a contribuir com a equipe jurídica do movimento, com a construção argumentativa de defesa e viabilidade para a permanência dos ocupantes no edifício, ou pelo menos na área central da cidade.

Para a elaboração do documento, os trapicheiros identificaram a necessidade de aprofundar seu conhecimento sobre diversos assuntos transversais ao uso e ocupação de imóvel su-

utilizado, déficit habitacional e direito à moradia digna. Assim, mesmo com o tempo curto, priorizaram os espaços de estudo e discussão coletivas, a partir disso construiu-se o **levantamento bibliográfico e de dados** no que se refere a cidade de Aracaju e que permeia a luta por moradia digna dos ocupantes da João Mulungu.

Figura 12: Linha do Tempo Ocupação João Mulungu.



Fonte: acervo do trapiche, 2021.

Para caracterizar a ocupação o EMAU elaborou um formulário (figura 10) de cadastramento, a fim de quantificar e traçar o perfil dos moradores. No entanto, com as ameaças de despejo as famílias não se sentiam seguras de responder dados pessoais e dada a reintegração de posse e dispersão das pessoas o método se tornou inviável. Posto isso, a estratégia utilizada foi entrevistar alguns moradores com perguntas mais gerais que conseguissem qualificar a ocupação e a dinâmica de autogestão

(Figura 13).

Algumas das perguntas feitas aos entrevistados foram:

Como era a sua rotina na ocupação?

Como vocês se organizaram para gerir a cozinha coletiva?

Quem eram os outros companheiros que construíam a ocupação?

Como eram suas residências anteriormente?

Figura 13: Formulário de cadastramento João Mulungu.

FORMULÁRIO: PERFIL DAS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO JOÃO MULUNGU
COMPOSIÇÃO DE NÚCLEO FAMILIAR

NOME	GÊNERO	PARENTESCO	IDADE	PCD	RAÇA	ESTADO CIVIL	TRABALHO			
							FORMAL	INFORMAL	BENEFÍCIO	RENDA

Fonte: acervo do trapiche, 2021.

A partir disso, o Trapiche conseguiu elaborar o perfil geral dos ocupantes, que contrapõe o argumento utilizado pela prefeitura de que a ocupação seria composta por homens adultos e solteiros. Na verdade, a João Mulungu era formada pela resistência de diversas famílias, jovens, mulheres, idosos e crianças, vítimas da falta de uma política voltada para a moradia digna.

- Quem eram os outros companheiros que construíam a ocupação?

- Tinha de tudo. Tinha, como te falei, tinha uma família lá que era uma turma toda, era bisavó, vó, mãe e filhas, todas mulher. E os homens a maioria era casado, casado como se diz, porque agora ninguém casa, só se junta. Mas se dizem que tão casados, tão né? Mas me deixe só que eu tô bem." (TRAPICHE, 2021. P. 31 - recorte de uma entrevista)

Também foi atribuída à caracterização o levantamento ar-

gumentativo em torno da autonomia e autogestão na produção habitacional, não apenas no sentido da construção de novas moradias, mas no cumprimento da função social de edificações subutilizadas. Vale destacar, nesse sentido, a redução de custos do Estado ao investir em políticas habitacionais de reabilitação urbana, sobretudo, em áreas centrais já consolidadas. Para o Trapiche (2021), "a autogestão tira a moradia do patamar de mercadoria, tratando-a como direito", que deve ser coletivo, por isso a legitimidade de assegurar o direito de permanência da Ocupação João Mulungu, que desde seu surgimento com o MLB, tem a autogestão como método.

Na última parte do relatório o escritório fez propostas preliminares de implantação de habitações de interesse social em imóveis vazios ou subutilizados no centro de Aracaju, incluindo o Edifício Bela Vista. Para tanto, foi elaborado um mapa de vazios urbanos (Figuras 14 e 15), a fim de dimensionar o adensamento da região e confrontar com a legislação urbana municipal, bem como indicar edificação no entorno da ocupação que pudessem abrigar excedente de famílias que não fosse contemplada na João Mulungu. Em seguida, fez-se a análise da situação judicial do prédio em que a ocupação se encontra, a fim de argumentar sobre a função social da propriedade urbana e o direito das famílias permanecerem. Por fim, é feito o estudo da capacidade habitacional do edifício a partir do módulo mínimo da unidade habitacional.

O edifício, que tem como proprietário a Cosil Construções e Incorporações, fica localizado na Ave de 8 pavimentos e possui 2.167,44 m² construídos. O pavimento tipo possui, sendo 7 andares ocupados por apartamentos (2 por andar), uma cobertura e o térreo utilizado para portaria, playground e estacionamento. Segundo a pesquisa do trapiche, o imóvel está vazio há vários anos e acumula uma dívida exorbitante com o Estado. A partir disso, o estudo de viabilidade foi realizado utilizando a dimensão mí-

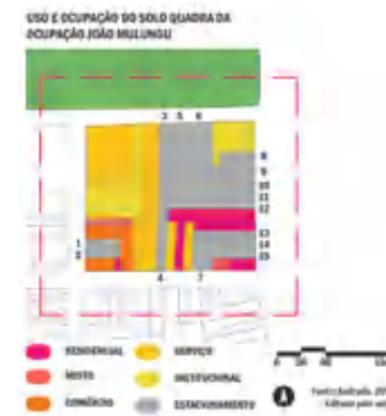
nima para HIS, predefinidos para os projetos Minha Casa Minha Vida em tipologias verticais que é de 37 m². Como resultado, a fim de contemplar o máximo de famílias possível, a proposta do escritório foi de 5 apartamentos por pavimento: 1 apartamento com 37,00 m², 2 apartamentos com 50,00 m² e 2 apartamentos com 65,00 m². Por fim, foram elencados 15 lotes subutilizados na mesma quadra como possibilidade de implantação das demais unidades habitacionais e simulada a implantação em três deles.

Figura 14: Mapa dos vazios urbanos, centro de Aracaju.



Fonte: acervo do trapiche, 2021.

Figura 15: Mapa de uso e ocupação, Quadra da ocupação.



Fonte: acervo do trapiche, 2021.

Todos os estudos e simulações foram anexados ao relatório apresentado de forma preliminar à Comissão de Direitos Humanos, entretanto não impediu a reintegração de posse. Além do despejo do edifício, as famílias foram distribuídas estrategicamente de forma espalhada na cidade a fim de diluir a articulação do movimento de resistência pela ocupação. Para Trapiche, há a inquietação se a apresentação do relatório contribuiu para o Estado acelerar a reintegração de posse, quando se pretendia ser ferramenta de diálogo entre o poder público e a sociedade civil organizada, na figura da Ocupação João Mulungu.

A experiência com a Ocupação João Mulungu é um marco importante para a história do Trapiche, em especial, por acontecer no momento em que a discussão política é reposicionada com centralidade na política de atuação do escritório, bem como, pelo período de crises tão profundas. Apesar da brevidade, a vivência traz acúmulos importantes de serem assimilados e compartilhados, a saber a centralidade da pesquisa no desenvolvimento da assessoria, a atuação junto à assessoria jurídica e os desafios da política urbana para cumprimento da função social do uso e ocupação do solo. Nessa perspectiva, destaca-se algumas questões importantes:

1. O desafio da assessoria dar respostas rápidas ou incidir em situações de conflito sem interferir na autonomia e organização interna do grupo assessorado.
2. A importância da equipe técnica ser e estar politicamente ativa na compreensão das violações de direitos e incidência política não só na elaboração de documentos e projetos, mas também nas interlocuções entre o poder público e a sociedade civil.
3. A compreensão de que o papel da extensão universitária para além da elaboração produtos ou tecnologias sociais, é também o desenvolvimento e sistematização coletivos de conhecimento, por isso deve caminhar junto do ensino e da pesquisa.

Assim como os ocupantes da João Mulungu, milhares de famílias pelo Brasil vivem sem moradia digna. É preciso muita luta e organização popular para que essa realidade seja transformada, por isso, a solidariedade da universidade e dos profissionais técnicos é bastante necessária. A atuação do Trapiche, junto ao MLB, MTST e MTD, denota um amadurecimento na construção da assessoria técnica a partir dos Escritórios Modelos, sobretudo por se colocarem como atores políticos na incidência técnica nos processos e conflitos.

3.4 Algumas reflexões e desafios para os EMAUs

Esta parte do capítulo pretende fazer um apanhado geral de como atuam e se organizam os EMAUs, tendo como base a caracterização já mostrada. Nesse sentido, o objetivo é apresentar reflexões e desafios para que sejam aprofundados pelos escritórios modelos.

Observa-se que a estrutura geral de **como os EMAUs se organizam**, apesar da variação de denominações específicas, é a

mesma e reflete a perspectiva de gestão horizontal e participativa nos processos, bem como, a autonomia estudantil. Contudo, importa destacar a dificuldade de fomentar a participação popular plena, seja pela falta de organização ou condições objetivas da vida das comunidades, seja pelos limites da extensão universitária em construir referência e legitimidade no cotidiano da população. Além disso, a autonomia estudantil possui diversas barreiras, sobretudo, a responsabilidade técnica pelos projetos, que carece de profissionais da área, e o vínculo institucional extensionista que pressupõe o professor como elo. Cabe ressaltar que a principal referência para a organização dos EMAUs é o POEMA e que há uma perspectiva crítica sobre a necessidade de atualização do mesmo, uma vez que muitas diretrizes já não condizem com a prática atual, a saber a polarização na relação entre o professor e a autonomia dos estudantes.

É fundamental que o papel e as **atribuições do professor orientador** sejam refletidas, para garantir uma organicidade que não sobrecarregue, nem deslegitime a importância do mesmo dentro do EMAU. A experiência do Conselho de orientadores do Trapiche UFS, por exemplo, que prevê um conselheiro administrativo (orientador fixo) e orientadores transitórios para a contribuição com demandas e projetos específicos, pode ser um ponto de partida para avançar nessa compreensão. Além disso, a identificação docente com a assessoria técnica e a atuação socialmente engajada, bem como o diálogo permanente entre o grupo de estudantes e o orientador, é primordial. Assim, para alcançar a extensão como comunicação é necessário que a comunidade acadêmica também esteja em diálogo com sua construção, desse modo, nenhuma relação deve ser negligenciada.

Por outro lado, o debate da responsabilidade técnica dos EMAUs é central para avançar nas assessorias desenvolvidas por eles, bem como no processo formativo dos membros. Apesar da Lei nº 11.888 prevê a construção de assistência técnica por

meio dos escritórios modelos, não há um caminho que regule de forma diferenciada do trabalho profissional o que limita a atuação do escritório e pressupõe um acúmulo de atribuições aos orientadores que vai além das responsabilidades das extensões universitárias mais comuns. Além disso, o perfil dos estudantes que compõem os escritórios modelos e o nível de conhecimento técnico entre eles é diverso, por isso, refletir sobre a responsabilização técnica é também importante para a organização e gestão interna dos escritórios, desde como se desenvolve o princípio da horizontalidade até a posição do orientador e responsável técnico dentro do EMAU.

Ademais, é nítida a contribuição formativa dos escritórios modelos para os estudantes, professores e os grupos assessorados. Percebe-se que além da contribuição que a vivência prática proporciona aos estudantes, há uma preocupação dos escritórios modelos em desenvolver espaços de formação internos e externos, bem como metodologias participativas que estimulem a troca de conhecimentos e saberes entre os atores. Além disso, é muito presente a associação entre pesquisa e extensão no desenvolvimento das assessorias, o que denota um passo à frente para alcançar a indissociabilidade entre as áreas de forma crítica e dialética entre o conhecimento acadêmico e popular.

Por fim, é certo que os EMAUs estão construindo uma história importante da assessoria técnica no nordeste. Contudo, há poucos registros e sistematizações críticas dessa atuação dentro dos escritórios e de forma coletiva. Nesse sentido, é fundamental o esforço de guardar estas experiências de forma sistematizada para aprofundar sobre o método, linha de atuação e o modelo orgânico. Tal fato, também respalda a necessidade de fortalecimento da rede de articulação entre os EMAUs, bem como a construção de instrumentos que assegurem a legitimidade da assessoria construída pelos escritórios modelos e potencializam esta ferramenta.

Considerações Finais

Os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAUs) protagonizam um lugar importante na reflexão prática sobre a construção de assessoria e assistência técnica no Nordeste do Brasil. Observa-se que há algumas lacunas entre o POEMA e a atuação prática dos EMAUs atualmente, sobretudo no que se refere à gestão estudantil autônoma, visto que a atuação do EMAU depende, diretamente, da supervisão e responsabilidade técnica profissional. Além disso, uma vez que se propõe a ser projeto de extensão universitária há um vínculo e dependência direta com a instituição que pressupõe a orientação docente. Nesse sentido, considera-se central o aprofundamento crítico sobre a responsabilidade técnica dos escritórios modelos, bem como sobre o papel e atribuições do professor orientador.

É necessário, também, que se reflita sobre o fortalecimento de instrumentos que aglutinem a atuação dos EMAUs e acumulem sobre o respaldo legal e legítimo da atuação desses escritórios.

Com este trabalho é possível perceber o esforço dos EMAUs em construir uma extensão universitária comunicante com a sociedade, que protagonize os processos de construção e participação coletiva. Além disso, o método de atuação dos escritórios modelos consegue acionar a troca entre saberes acadêmicos e populares associando o ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento das ações práticas de intervenção nas cidades. Tal fato, respalda a importância do EMAU na formação acadêmica e profissional, bem como a potência da extensão universitária na incidência política e transformação de cidades.

Alguns estudos são necessários para o aprofundamento crítico sobre a contribuição do EMAU na formação profissional. Visto isso, identificar o perfil profissional dos estudantes egressos dos EMAUs e seu campo de atuação técnica pode ser um

pontapé importante para avançar nas reflexões e sistematizações nesse sentido.

Importa destacar a centralidade da organização popular para o desenvolvimento de práticas e processos participativos. Não há transformação efetiva nos territórios se não passa por um desenvolvimento e construção junto à população, por isso é fundamental potencializar através da assessoria técnica a organização das comunidades assessoradas.

Ademais, o trabalho teve como objetivo analisar as formas de atuação dos EMAUs do no Nordeste e sua relação com assessoria e assistência técnica. Pode-se identificar que a maior parte dos trabalhos desenvolvidos se aproxima muito mais da assistência técnica do que da assessoria, visto o caráter mais emergencial das demandas e a dificuldade de apropriação coletiva da comunidade nos processos. Traz uma sistematização significativa sobre o modelo organizativo e metodologias e método de atuação desses escritórios, fundamental para pensar novas formas de incidir na transformação dos territórios e na luta pelo direito à urbanidade.

Por fim, apesar dos desafios em aberto para estudos futuros, o presente trabalho contribui com a sistematização crítica da atuação dos Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo no Nordeste e respalda a importância de associar a formação profissional à atuação prática e política. Este TCC é símbolo da necessidade de avançarmos no fortalecimento e construção de ferramentas de transformação social junto às comunidades, na construção de cidades mais justas.

Referências Bibliográficas

BARROS, Mariana Cicuto. Assessorias técnicas no processo autogestionário – possibilidades de atuação. **Revista Risco**, São Paulo, n.17, p. 81-92,2013. <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/83048/86092> acesso em 15 de maio de 2021

BUSKO, João Lucena. **Arquitetura: prática profissional e militância política. O caso das assessorias técnicas aos movimentos populares em São Paulo**. Trabalho final de Graduação, FAUUSP, São Paulo, 2012."

CARNEIRO, Daniel Marostegan e. **A Extensão Universitária e o campo das assessorias técnicas**. In: Anais do XVII ENANPUR. São Paulo, 22-26 de maio de 2017.

CARDOSO, Fernanda e AMORE, Caio Santo (2018) - **Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil**. XV Coloquio Internacional de Geocritica . Barcelona, 7-12 de mayo de 2018

D'OTTAVIANO, Camila.; ROVATI, João. (Org). **Além dos Muros da Universidade: Planejamento Urbano e Regional e Extensão Universitária/** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019.

ESTATUTO DA CIDADE. LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.htm Acesso em: 09 de outubro de 2021;

FENEA. **Carta de definição para os escritórios modelos de arquitetura e urbanismo**. Disponível em: <http://www.fenea.org/gt-extensao> Acesso: 12 de outubro de 2021

FENEA. **O Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo POEMA**. Disponível em: <http://www.fenea.org/gt-extensao> ; Acesso: 12 de outubro de 2021;

FERNANDES, Florestan. **O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 58ª reimpressão – Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1983 [1969]

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: para quê?** Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso dia 07 de outubro de 2021

I Fórum de Assessoria técnica popular do nordeste [Livro Eletrônico] Salvador - BA Ed. dos Autores, 2020. PDF

LEI DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA. LEI Nº 11.888, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008 Acesso em: 09 de outubro de 2021; Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=258240>

MACEDO, F. **Construindo relações de resistência: ASSESSORIAS TÉCNICAS E O DIREITO À MORADIA ADEQUADA**. Trabalho de conclusão de curso em arquitetura e urbanismo. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, PB. Julho de 2018

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3o ed. – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

NOVAES, Cristina Verônica e FONSECA, Josefa Sônia. **A Universidade Brasileira e sua função social no percurso constitucional**. Conedu, 2020.

PULHEZ, Magaly Marques. **Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização**. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), EESCUSP, São Carlos, 2007.

ROCHA, Maisa da Silva. **Arquitetura não é para pobre! Ensino e prática popular, a experiência do Trapiche, UFS - Laranjeiras/SE**. Trabalho de conclusão de curso em arquitetura e urbanismo. Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras, SE. Março de 2021.

RODRIGUES, Evaniza. **Autogestão e produção social da moradia**. Youtube, 07 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M7zbWQrvMf8&t=526s> Acesso em 09 de agosto de 2021.

TORQUATO, João Marcello; GUIMARÃES, Carolina J. Teixeira e ROCHA, Jonas Ferreira da. **Práticas territoriais em regularização fundiária: possibilidades de atuação dos EMAUs na luta pelo direito à moradia**. ENANPARQ, 2020.

UNMP. **Cartilha de Autogestão em Habitação**. São Paulo: União nacional por Moradia Popular, 1º Ed. São Paulo, 2019

